



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CENTRO DE EDUCAÇÃO, HUMANIDADES E SAÚDE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Ingredy Chaves Lima

Educação e leitura na prisão: um Estado da Arte a partir da pós-graduação

Tocantinópolis/TO
2026

Ingredy Chaves Lima

Educação e leitura na prisão: um Estado da Arte a partir da pós-graduação

Monografia apresentada à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Educação Humanidades e Saúde (CEHS), para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Aline Campos

Tocantinópolis/TO
2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT
Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C512e Chaves Lima, Ingredy.

Educação e leitura na prisão: um Estado da Arte a partir da pós-graduação / Ingredy Chaves Lima. - Centro de Educação, Humanidades e Saúde - CEHS, TO, 2026.
65 f.

Monografia Graduação (Graduação - em Pedagogia) --
Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2026.

Orientador: Aline Campos.

1. Educação em prisões. 2. Leitura e escrita no cárcere. 3.
Políticas e Práxis Educativa.

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Ingredy Chaves Lima

Educação e leitura na prisão: um Estado da Arte a partir da pós-graduação

Monografia apresentada à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Educação Humanidades e Saúde (CEHS). Foi avaliada para obtenção do título de para obtenção do título de licenciada em Pedagogia e aprovada em sua forma final pela orientadora e banca examinadora.

Data da aprovação:

Banca examinadora:

Profª Drª Aline Campos - Orientadora (UFNT)

Profª Dr. Jéferson Muniz Alves Gracioli - Membro interno (UFNT)

Profª Dr. Marcos Felipe Gonçalves Maia - membro externo (UFT)

Dedico este trabalho a todos aqueles que, entre muros, encontram na leitura e na palavra a possibilidade de voar. Aos que buscam, na educação, o caminho para o reencontro com a própria humanidade. À minha família, meu porto seguro e alicerce, que me sustenta e me impulsiona a acreditar que a educação é, sempre, um ato de resistência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me conceder saúde, força e sabedoria para enfrentar os desafios dessa jornada acadêmica. Sem Sua graça e proteção, esta conquista não seria possível. Nos momentos de dificuldade, encontrei em minha fé a motivação necessária para continuar e seguir em frente.

Agradeço ao meu companheiro Gabriel, que foi meu porto seguro em todos os momentos desta jornada. Sua presença constante, paciência, amor e palavras de encorajamento fizeram toda a diferença. Nos dias difíceis, ele segurou minha mão e acreditou em mim mesmo quando eu duvidava de minhas próprias forças. Seu apoio incondicional foi essencial para que eu pudesse continuar e, por isso, minha gratidão a ele é imensa e eterna.

À minha família, meu mais sincero agradecimento pelo apoio incondicional, paciência e incentivo. Em especial, ao meu filho, que é minha maior motivação para seguir em frente e alcançar meus objetivos, dando-me forças para nunca desistir dos meus sonhos. Aos meus pais, que sempre acreditaram em mim e me ensinaram a importância da educação, mostrando-me que o conhecimento é a chave para um futuro melhor. Aos meus irmãos, pelo companheirismo e palavras de encorajamento nos momentos em que pensei em desistir.

Aos meus amigos e colegas de curso, que compartilharam comigo momentos de aprendizado, dificuldades e superações. A jornada acadêmica se tornou muito mais leve e prazerosa graças ao apoio mútuo, às longas conversas sobre os desafios da graduação, às risadas nos momentos de descontração e às madrugadas de estudo intenso. A amizade e parceria construídas ao longo desse percurso são, sem dúvida, uma das maiores recompensas dessa caminhada.

À minha querida amiga Jayne Miranda, que partilha comigo a história desde os tempos do ensino médio: obrigada por ser testemunha e apoio em cada passo dessa trajetória. Sua presença e amizade, fortificada por desafios e superações, foram fundamentais para chegar até aqui. Ter você ao meu lado é um privilégio que levo para a vida.

Aos meus professores, que com dedicação e conhecimento, me guiaram durante essa caminhada acadêmica. Agradeço especialmente à minha orientadora Aline Campos, por sua paciência, disponibilidade e ensinamentos valiosos que contribuíram imensamente para a construção deste trabalho. Suas orientações foram fundamentais para a organização das ideias, a realização das pesquisas e a

concretização deste estudo. Cada conselho e cada sugestão foram essenciais para o aprimoramento deste trabalho.

As minhas colegas do PIBIC, que estiveram comigo durante todo o processo de realização da pesquisa. Cada diálogo, cada troca, cada momento de descontração e desabafo foram essenciais para a concretização deste trabalho.

A todos os profissionais da Universidade Federal do Norte do Tocantins, desde os professores até os funcionários administrativos, que tornaram minha trajetória acadêmica mais fluida e acolhedora. O suporte oferecido, seja por meio das aulas, dos eventos acadêmicos ou do auxílio prestado no dia a dia, foi essencial para a realização deste trabalho.

Agradeço a mim mesma, pelo esforço, resiliência e determinação ao longo dessa caminhada. Foram muitas noites em claro, desafios enfrentados e momentos de superação. Aprendi a confiar no meu potencial, a persistir mesmo diante das dificuldades e a me orgulhar de cada conquista. Este trabalho representa não apenas um objetivo alcançado, mas também o reflexo da minha dedicação e do meu crescimento pessoal e profissional.

A todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, seja com palavras de incentivo, apoio emocional ou colaboração acadêmica. Meu muito obrigado! Cada gesto de apoio foi essencial para que eu pudesse superar os desafios e concluir essa etapa tão significativa da minha vida.

Este trabalho é fruto de muito esforço, dedicação e da colaboração de cada um que esteve ao meu lado nesta trajetória. Espero que ele possa, de alguma forma, contribuir para o conhecimento e servir de inspiração para outros que trilham caminhos semelhantes.

Há escolas que são gaiolas. Há escolas que são asas. Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. [...] Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados.

Rubens Alves

RESUMO

Esta monografia consiste em um Estado da Arte da produção acadêmica brasileira sobre educação em prisões, entre 1996 a 2023, com enfoque na interface entre educação, leitura e escrita. O objetivo geral deste trabalho é identificar as dimensões e os aspectos da educação enfocados nos trabalhos acadêmicos mapeados, analisando quantitativa e qualitativamente como a leitura e a escrita são abordadas nessas produções científicas sobre educação no sistema prisional. Metodologicamente, a pesquisa se configura como uma revisão bibliográfica de caráter panorâmico, articulando abordagens quantitativas e qualitativas, tendo como corpus 365 teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-Graduação em Educação. Deste total, realizou-se uma análise mais aprofundada dos 32 trabalhos classificados na categoria “Leitura, escrita e linguagem no cárcere”. Os resultados gerais evidenciam o crescimento das pesquisas sobre educação na prisão, embora distribuídas de forma desigual entre as regiões brasileiras e concentradas majoritariamente em dissertações de mestrado. Além disso, a categoria mais recorrente foi “Educação e o retorno à sociedade extramuros” (44 trabalhos), refletindo o forte interesse acadêmico no discurso da função ressocializadora da educação. Questões como relações étnico-raciais, povos indígenas, envelhecimento, infraestrutura educacional e avaliação de políticas públicas permanecem pouco exploradas. No recorte sobre leitura e escrita, observou-se que essas práticas são concebidas principalmente como instrumentos de formação humana, reconstrução subjetiva e remição de pena, mas ainda são escassas as pesquisas que articulam seu potencial emancipatório a uma crítica das estruturas político-institucionais do sistema prisional. Conclui-se que o campo encontra-se em expansão, mas demanda maior aprofundamento teórico e diversidade temática, de modo a fortalecer a educação nas prisões como direito fundamental e subsidiar políticas públicas mais efetivas.

Palavras-chave: Estado da Arte, Educação na prisão, Leitura, Escrita.

ABSTRACT

This monograph presents a state-of-the-art review of Brazilian academic output regarding prison education between 1996 and 2023, focusing on the intersection of education, reading, and writing. The study's general objective is to identify the educational dimensions and aspects highlighted in the mapped academic works, analyzing—both quantitatively and qualitatively—how reading and writing are addressed in these scholarly productions concerning education within the prison system. Methodologically, the research takes the form of a panoramic literature review combining quantitative and qualitative approaches; the corpus consists of 365 theses and dissertations defended within Graduate Programs in Education. From this total, a more in-depth analysis was conducted on the 32 works classified under the category "Reading, writing, and language in prison." Overall results reveal a growth in research on prison education, albeit unevenly distributed across Brazilian regions and concentrated primarily in master's dissertations. Furthermore, the most frequent category was "Education and reintegration into society" (44 works), reflecting strong academic interest in the discourse regarding education's role in social reintegration. Issues such as ethnic-racial relations, Indigenous peoples, aging, educational infrastructure, and public policy evaluation remain under-explored. Regarding reading and writing, the study found that these practices are primarily conceived as tools for human development, subjective reconstruction, and sentence remission; however, there is a scarcity of research linking their emancipatory potential to a critique of the prison system's political and institutional structures. The study concludes that while the field is expanding, it requires greater theoretical depth and thematic diversity to strengthen prison education as a fundamental right and to inform more effective public policies.

Keywords: State-of-the-Art Review; Prison Education; Reading; Writing.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Distribuição de teses e dissertações nos 365 trabalhos defendidos em programas de pós -graduação na área da Educação	34
Gráfico 2 – Distribuição dos trabalhos segundo o gênero do/a autor/a	36
Gráfico 3 – Quantidade de trabalhos por estado	37
Gráfico 4 – Quantidade de trabalhos por região	38
Gráfico 5 – Evolução da produção acadêmica (1996-2023)	39
Gráfico 6 – Distribuição por sexo dos(as) autores(as)	49
Gráfico 7 – Distribuição por estado	50
Gráfico 8 – Distribuição por região	51
Gráfico 9 – Tipo de produção acadêmica	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Distribuição dos trabalhos por área do Programa de Pós-graduação	25
Quadro 02 – Programas de Pós-graduação onde os trabalhos sobre Educação em contexto prisional foram desenvolvidos	29
Quadro 03 – Resultados relativos à categorização dos trabalhos a partir da análise de seus títulos	41
Quadro 04 – Lista dos trabalhos sobre leitura, escrita e linguagem no cárcere	53

LISTA DE SIGLAS

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEHS – Centro de Educação, Humanidades e Saúde

CEPEPro-livre – Grupo de Estudos em Educação Popular: a problematização do mundo e luta pela libertação

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

EAD – Educação a Distância

EJA – Educação de Jovens e Adultos

LEP – Lei de Execução Penal

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFNT – Universidade Federal do Norte do Tocantins

SUMÁRIO

1. A EXPERIÊNCIA COM O PROJETO ENTRE-NÓS E O DESPERTAR DA REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO NA PRISÃO	14
2. INTRODUÇÃO	17
3. PERCURSO METODOLÓGICO	22
3.1 Abordagem teórico-metodológica	22
3.2 Procedimentos metodológicos da Pesquisa “guarda-chuva”	24
3.3 Procedimentos metodológicos específicos desta pesquisa	27
4. PANORAMA GERAL DAS TRABALHOS SOBRE PRISÃO VINCULADOS AOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO	29
4.1 Análises a partir dos dados quantitativos	29
4.1.1 Denominações dos Programas de Pós-graduação	29
4.1.2 Tipologia dos trabalhos	33
4.1.3 Gênero na autoria dos trabalhos	34
4.1.4 Distribuição por estado e região	36
4.1.5 Evolução temporal	38
4.2 Análises a partir dos dados qualitativos	40
5. ENTRE GRADES E PALAVRAS: LEITURA, ESCRITA E LINGUAGEM NO CÁRCERE	47
5.1 Análises a partir dos dados quantitativos	48
5.2 Análises a partir dos dados qualitativos	53
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
7. REFERÊNCIAS	62

1. A EXPERIÊNCIA COM O PROJETO ENTRE-NÓS E O DESPERTAR DA REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO NA PRISÃO

Minha aproximação com a temática da prisão surgiu a partir da participação no projeto de extensão *Entre-Nós: cartas, palavras e conversas*, no qual realizei trocas de cartas com pessoas privadas de liberdade.

O *Entre-Nós: cartas, palavras e conversas*, foi um projeto interinstitucional de extensão universitária popular que foi coordenado pelas professoras Aline Campos e Camila Simões Rosa, a época ambas vinculadas à Universidade Federal do Norte do Tocantins, e pelo professor Timothy Denis Ireland da Universidade Federal da Paraíba. O principal objetivo do projeto era garantir o acesso à educação e cultura para pessoas privadas de liberdade no contexto de isolamento social imposto pela Pandemia de Covid-19, em 2020. Em texto no qual os coordenadores relatam e refletem sobre a experiência do projeto eles escrevem que:

O ano de 2020 nos aproximou da experiência do encarceramento, ao nos impor a necessidade do isolamento em nossas moradias. Nossas interações sociais deram-se, sobretudo, de modo virtual. Diferente de nós, as pessoas presas vivenciaram o verdadeiro isolamento social, ficando em grande medida incomunicáveis com a sociedade extramuros. Diante dessa realidade, pareceu-nos especialmente oportuno convidar pessoas diversas para escreverem cartas para a população carcerária contando-lhes sobre suas experiências pessoais de isolamento durante o ano de 2020. Apostávamos simultaneamente na oportunidade de um olhar mais sensível para a experiência de estar preso, e na potência das cartas como veículo de comunicação e interação. (FREITAS; ANDREATTA; PERES, 2023, p. 177).

Foi essa experiência inicial com trocas de cartas entre pessoas privadas de liberdade (correspondentes intramuros) e pessoas diversas da sociedade (correspondentes extramuros) que deu origem ao Projeto *Entre-Nós: cartas, palavras e conversas*, desenvolvido entre 2021 e 2023 em módulos semestrais.

Em linhas gerais, o projeto dispunha de um material de leitura elaborado pela própria equipe do projeto, chamado de “livreto”. Esse material, produzido a partir de uma temática previamente estabelecida, era disponibilizado tanto para os correspondentes intramuros quanto para os extramuros para ser lido ao longo do mês. A troca de carta entre os correspondentes tinha como foco a temática desse material e, claro, era permeado também por elementos pessoais das histórias de

vida das pessoas. A cada mês um novo livreto era distribuído, disparando-se uma nova troca de carta.

Particpei do projeto no ano de 2023, atuando como correspondente extramuros. Essa prática, aparentemente simples, representou para mim uma abertura de horizontes, pois possibilitou o contato direto com histórias que, em grande parte, são silenciadas ou estigmatizadas pela sociedade.

As cartas recebidas e enviadas constituíam-se como espaços de encontro. Por meio delas, percebi que a escrita não era apenas um meio de comunicação, mas um ato de resistência frente à invisibilidade imposta pelo cárcere. O gesto de escrever e ser correspondido revelava-se como uma forma de reafirmação da humanidade, um rompimento, ainda que momentâneo, com a lógica de isolamento que marca a vida prisional.

Ao refletir sobre essa vivência à luz das discussões de Michel Foucault na obra *A Sociedade Punitiva* (2015), compreendi que a prisão deve ser analisada não apenas como um mecanismo jurídico ou como uma consequência natural da infração, mas como parte de uma rede ampla de poder disciplinar que atravessa a sociedade. Para este autor, o sistema punitivo moderno nasce da necessidade de gerir populações e controlar corpos, funcionando como um dispositivo político que seleciona e distribui a punição de modo desigual.

Nesse sentido, a prisão não aparece como um espaço “neutro” de correção, mas como uma engrenagem essencial da sociedade capitalista, voltada para disciplinar e normalizar os indivíduos. A experiência no projeto *Entre-Nós* evidenciou exatamente essa seletividade: a maioria das pessoas encarceradas com quem mantivemos contato trazia em suas narrativas marcas de exclusão social, pobreza, falta de acesso a direitos básicos e rupturas familiares. Essa constatação dialoga com o argumento foucaultiano de que o sistema penal não pune de maneira aleatória; ele recai, de forma mais intensa, sobre aqueles que já ocupam posições de vulnerabilidade social.

Foucault (2015) também observa que a prisão é, paradoxalmente, uma instituição que falha em seus objetivos declarados de ressocialização. Seu “fracasso”, contudo, é funcional, pois garante a manutenção de uma população marginalizada, reforçando a fronteira entre os que estão “dentro” e “fora” da norma social. As cartas recebidas confirmavam essa dimensão contraditória: ao mesmo

tempo em que denunciavam a dureza da vida encarcerada, traziam consigo o desejo de manter vínculos, de se reconstruir e de reivindicar dignidade.

Nesse contexto, percebi que a troca epistolar se configurava como um gesto político. Se, como aponta Foucault, a prisão busca silenciar, disciplinar e invisibilizar, escrever e ser lido constitui-se como um ato de resistência frente a esse projeto punitivo. A palavra, nesse caso, ultrapassa os muros da prisão, recuperando a condição de sujeito daqueles que eram frequentemente reduzidos à condição de “corpos punidos”.

Desse modo, minha experiência com o projeto *Entre-Nós* foi o ponto de partida para compreender a prisão não apenas como um espaço físico de cumprimento de pena, mas como um dispositivo central na lógica da sociedade punitiva. Mais do que um lugar de privação, a prisão expressa e reproduz desigualdades, funcionando como mecanismo de gestão social. Ao mesmo tempo, a experiência me mostrou que mesmo diante desse cenário, existem frestas de resistência - como a escrita e o diálogo - que reafirmam a humanidade e abrem possibilidades para a crítica e para a construção de alternativas ao paradigma punitivo.

Essa aproximação inicial com a temática do cárcere, vivenciada a partir do projeto *Entre-Nós*, despertou em mim inquietações. As reflexões construídas neste percurso motivaram o aprofundamento investigativo por meio da participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), no qual passei a desenvolver um Estado da Arte de pesquisas sobre a prisão no campo da Educação em âmbito nacional. Foi nesse processo que se consolidou o interesse que, posteriormente, se desdobrou no presente Trabalho de Conclusão de Curso.

2. INTRODUÇÃO

Pesquisadoras e pesquisadores têm produzido compreensões importantes e conhecimentos significativos em relação à educação nos espaços prisionais. É comum nas produções acadêmicas a defesa enfática da compreensão da educação na prisão como direito humano. Isso porque a maioria das pessoas que estão privadas de liberdade têm seus direitos negligenciados na maior parte das unidades prisionais e, além disso, estão constantemente sob ameaça de serem deslegitimados.

Compreendendo as especificidades deste contexto, Silva (2018) é enfático ao afirmar que os déficits na formação das pessoas que vivenciam o aprisionamento não se restringem ao processo de escolarização e, por isso mesmo, não será meramente a escola que dará conta sozinha de superá-los.

Há ainda defesas da educação na prisão, em especial do processo de leitura escrita, como possibilidade de reencontro com a identidade humana, tão negada e apagada pelo sistema prisional, bem como a possibilidade dela propiciar a reinvenção de si (Câmara, 2011).

O que se observa é que a oferta de educação nas prisões, ainda que precária, tem desencadeado uma série de questionamentos. Davis (2018, p.73), nos provoca a pensar e elaborar estratégias para criar “ambientes mais humanos e habitáveis para as pessoas na prisão sem reforçar a permanência do sistema prisional”. O desafio que se coloca é o de encontrar caminhos para o desenvolvimento de uma educação emancipadora, num espaço historicamente marcado pela cultura da opressão.

No mundo todo, há milhões de pessoas que estão privadas de liberdade em estabelecimentos penitenciários e, entre essa população historicamente marginalizada, uma considerável parcela é constituída por pessoas que têm déficits na leitura, escrita, cálculos e comunicação social, cuja formação profissional é inexistente ou carente. Nesse sentido, cabe ressaltar a importância da garantia da oferta educacional nos espaços prisionais. O direito a uma educação básica nas prisões é um requisito indispensável para alcançar o objetivo internacionalmente

reconhecido de garantir esse nível de educação para todos. No entanto, não se trata de qualquer oferta educacional. Para Freire (2006, p.45):

[...] é preciso que a educação esteja - em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a seu sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história [...] uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjuguie.

Dessa forma, a educação pode se constituir como um instrumento para a libertação, pois é pela possibilidade de debater, discutir, dialogar que se alcançará a compreensão sobre a realidade circundante e, assim, será possível, escrever a história das mudanças e das transformações: próprias e do mundo.

Ao envolverem-se com atividades educativas dentro das prisões, as pessoas que estão presas têm a possibilidade de sair do pavilhão, encontrar outras pessoas que habitam outros pavilhões, interagirem com educadores, se relacionarem com outras possibilidades de expressão como arte, teatro, música, leitura e escrita, dentre outras.

No entanto, a educação na prisão coexiste e contrasta com a lógica prisional.. Segundo Português (2001), apesar da educação nestes estabelecimentos serem vistas, desde seus primórdios, como possibilidade de proporcionar a reabilitação dos indivíduos presos, a dinâmica desta instituição visa adaptá-los às suas normas e valores, a fim de manter a ordem e controle. Por essa razão, ele afirma que “a educação formal não permanece, em absoluto, neutra nesse processo pleno de contradições, de subjugação e resistência” (Português, 2001, p. 361).

A reflexão e luta pela oferta da educação nas prisões não pode perder de vista que existem educações, no plural. Nem todas estão alinhadas à emancipação, pelo contrário, há aquelas que servem à dominação. Além disso, existem diferentes métodos e abordagens educacionais, como as correntes tradicional, comportamental, Montessoriana, renovadora tecnicista, humanista, libertadora e construtivista. Qual ou quais delas têm sido aplicadas ou utilizadas na oferta educacional nos contextos prisionais?

Ainda que muito distante de um acesso universal, a oferta de atividades educativas nas prisões tem suscitado diversos debates, reflexões e inquietações. Por isso, a educação na prisão tem se constituído como um campo de conhecimento que envolve diversas temáticas, como: formação de professores para esse contexto; alfabetização de pessoas privadas da liberdade; educação à distância, Planos Estaduais de Educação nas Prisões e Projetos Políticos Pedagógicos; dentre tantas outras.

Considerando a emergência desta temática e a necessidade de compreender como os trabalhos acadêmicos vêm sendo desenvolvidos sobre ela, é que se estruturou a pesquisa “guarda-chuva” intitulada *Prisão como tema de pesquisa em programas de pós-graduação em Educação: o que diz o Estado da Arte?*, desenvolvida por meio do Grupo de Estudos em Educação Popular: a problematização do mundo e luta pela libertação (CEPEPro-livre), na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Tem por objetivo analisar o Estado da Arte de pesquisas sobre prisão no campo da Educação em âmbito nacional, a fim de identificar convergências, divergências e lacunas que possibilitem o melhor aproveitamento das produções acadêmicas para o direcionamento de práticas educativas e políticas públicas voltadas para os contextos prisionais, bem como de pesquisas futuras nesta temática.

A esta pesquisa maior estiveram vinculados outros cinco Planos de Trabalho, além do meu, os quais se desdobram em TCC, sendo três deles já defendidos e os outros dois em fase final de desenvolvimento.

Luana Miranda Macedo, em seu trabalho “A educação na prisão no Brasil: um panorama geral do Estado da Arte” teve como objetivo analisar o panorama geral do Estado da arte da educação em prisões no Brasil. Ou seja, foi o trabalho que olhou para os dados preliminares de maneira mais ampla e geral.

Yasmin Pereira Lima, no trabalho “Cartas na prisão: ocorrência, significados e possibilidade de uso pedagógico”, almejou compreender os usos, significados e importância da troca de cartas para pessoas privadas de liberdade e suas possíveis contribuições no desenvolvimento de práticas sociais educativas escolares e não escolares. Valeu-se, assim, de um recorte do conjunto de dados, aprofundando-se neles.

Camila Acsa Araújo Silva, em seu trabalho intitulado “A educação como direito humano nas prisões: uma análise do estado da arte sob a perspectiva jurídica”, teve como objetivo analisar os trabalhos de educação nas prisões desenvolvidos a partir do campo jurídico. Maria Victória Coelho Oliveira está desenvolvendo o trabalho no intuito de investigar a associação entre educação e ressocialização no contexto da oferta educativa nas prisões brasileiras, com base na análise de trabalhos acadêmicos que abordam essa temática.

E, por fim, Elem Hana Rodrigues Martins tem como foco de sua análise a construção da identidade docente, a formação de professores e a prática docente intramuros.

O objetivo geral deste trabalho é identificar as dimensões e os aspectos da educação enfocados nos trabalhos acadêmicos mapeados, analisando quantitativa e qualitativamente como a leitura e a escrita são abordadas nessas produções científicas sobre educação no sistema prisional. Para isso, foram delimitados os seguintes objetivos específicos:

- Organizar os trabalhos mapeados por categorias temáticas;
- Identificar os trabalhos que versam sobre leitura e escrita na prisão;
- Analisar, quanti e qualitativamente, de que forma a leitura na prisão vem sendo apresentada e discutida nos trabalhos acadêmicos.

Este trabalho está organizado em seis seções. A primeira delas, intitulada “A experiência com o projeto EntreNós e o despertar da reflexão sobre a prisão”, faço uma apresentação de caráter pessoal acerca de minha trajetória que culminou no desenvolvimento desta pesquisa, com o intuito de situar o/a leitor/a dos possíveis vieses que perpassam minhas análises. Na segunda seção intitulada “Introdução”, busco contextualizar brevemente a temática da educação nas prisões conversando com pesquisadores que têm esta temática como linha de pesquisa e evidenciar os objetivos, gerais e específicos bem como a estrutura deste trabalho. Na seção “Percurso metodológico” objetivo salientar o que é estado da arte, como se deu o desenvolvimento desta pesquisa e quais caminhos foram percorridos durante o processo. Na quarta seção, nomeada “Análise geral dos trabalhos acadêmicos”, trago os dados obtidos sobre o tema educação como um todo bem como a análise de tais dados. A seção “Entre grades e palavras: leitura, escrita e linguagem na prisão” apresenta a subtemática leitura, escrita e linguagem no cárcere, sendo um

recorte feito a partir dos trabalhos pertencentes à temática Educação. Na última seção, intitulada “Considerações Finais”, rememoro a trajetória desta escrita, retomo os objetivos desta pesquisa e sintetizo seus resultados e contribuições, bem como evidencio as aprendizagens pessoais decorrentes desse processo de iniciação científica.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Este trabalho surge como desdobramento de pesquisa de iniciação científica vinculada ao Programa Institucional de Bolsas à Iniciação Científica (PIBIC), no ciclo 2023/2024. Trata-se de uma pesquisa do tipo Estado da Arte, que se enquadra como pesquisa bibliográfica de caráter panorâmico, tomada de expressão crítica e analítica e assumindo abordagem quantitativa e qualitativa. Busca, conforme André (2002), um balanço do conhecimento mediante análise comparativa de diversos trabalhos sobre a temática da educação na prisão. Portanto, apresenta-se como produção que possibilita construir novas perspectivas, as quais contribuam com uma área do conhecimento e, nesse sentido, com a evolução da ciência (Soares; Maciel, 2000).

3.1 Abordagem teórico-metodológica

Esta pesquisa se baseia em uma abordagem metodológica que articula dimensões críticas, analíticas e interpretativas, assumindo simultaneamente características quantitativas e qualitativas. Fundamenta-se no pressuposto de que o conhecimento científico não se produz de forma neutra ou meramente descritiva, mas exige problematização e interpretação da realidade social na qual se insere (Minayo, 2015).

Optou-se pelo Estado da Arte como modalidade de investigação, permitindo identificar tendências, lacunas e perspectivas de aprofundamento na temática da Educação na prisão. Tal escolha justifica-se pelo interesse em compreender como a educação nas prisões tem sido abordada em programas de pós-graduação no Brasil, especialmente na área da Educação.

Do ponto de vista metodológico, o Estado da Arte permite operar em duas frentes complementares:

- **Quantitativa**, ao identificar o volume, distribuição temporal, frequência de descritores e demais indicadores que compõem o corpus;
- **Qualitativa**, ao analisar sentidos, enfoques teóricos e concepções presentes nos trabalhos, de modo a compreender como a temática vem sendo construída no campo científico.

Essa articulação entre o quantitativo e o qualitativo aproxima-se da perspectiva de André (2002), ao afirmar que pesquisas dessa natureza

configuram-se como balanço crítico do conhecimento, possibilitando a emergência de novas perguntas e o delineamento de caminhos de investigação futuros.

Partindo da definição de Severino (2007, p.122), a pesquisa qualitativa “corresponde ao aprofundamento do conhecimento para interpretar, mediante análise de conteúdo, o contexto do objeto que está sendo pesquisado”, enquanto a abordagem quantitativa “utiliza a quantificação nas modalidades de coleta de informações e no seu tratamento, mediante técnicas estatísticas”

Além disso, a escolha dessa abordagem dialoga com pressupostos foucaultianos acerca da prisão enquanto dispositivo de poder e controle social (Foucault, 2006). Nesse sentido, a análise da produção científica sobre educação em prisões não se restringe ao levantamento de dados, mas busca problematizar os discursos que permeiam tal produção, especialmente aqueles relacionados à associação entre educação, leitura e escrita, frequentemente assumida como um dado natural e inquestionável.

A pesquisa também se inspira nas contribuições de Paulo Freire (1996, 1987), para quem a educação é uma prática de liberdade e um espaço de conscientização crítica. Ao pensar a prisão como espaço de opressão, torna-se imprescindível questionar se as práticas educativas nele desenvolvidas favorecem a emancipação dos sujeitos ou se acabam reproduzindo a lógica disciplinar e de controle. A leitura freireana possibilita compreender que a educação não pode ser reduzida à dimensão de “ajustamento social”, mas deve ser concebida como oportunidade de diálogo, de construção coletiva do conhecimento e de afirmação da dignidade humana.

Dessa forma, a abordagem teórico-metodológica adotada sustenta-se em quatro pilares:

1. Mapeamento sistemático da produção acadêmica sobre a temática, permitindo compreender o estado atual das pesquisas;
2. Análise dos títulos dos trabalhos mapeados;
3. Produção de um panorama mais amplo e complexo da relação entre educação e prisão, por meio de dados gerais quantitativos
4. Aprofundamento da análise da dimensão da leitura e escrita no processo educativo na prisão, por meio da articulação de análise quantitativa e qualitativa

Por se tratar de um recorte de uma pesquisa mais ampla, como anteriormente já enfatizado, o foco de análise foram os trabalhos efetivamente desenvolvidos em Programas de Pós-Graduação em áreas da Educação, pois os dados levantados nas plataformas de busca (CAPES e BDTD) pela pesquisa *Prisão como tema de pesquisa em programas de pós-graduação em educação: o que diz o estado da arte?* envolvem um conjunto maior de trabalhos que versam sobre educação e prisão em outras áreas do conhecimento na pós-graduação, conforme pode ser observado no quadro abaixo, que evidencia os agrupamentos do corpus da pesquisa “guarda-chuva” a qual este trabalho está inserido.

Quadro 01 – Distribuição dos trabalhos por área do Programa de Pós-graduação

Área do Programa de Pós-graduação	Quantidade de trabalhos
Administração e Gestão	25
Artes	7
Ciências Exatas e da Natureza	13
Tecnologia, Informática e desenvolvimento	18
Letras e linguagens	33
Saúde	8
Direito	41
Religião	2
Outras áreas das ciências humanas e sociais (desconsiderando a Educação)	40
Educação (corpus de análise desta pesquisa)	365
TOTAL de trabalhos no corpus da pesquisa “guarda-chuva”	552

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

3.2 Procedimentos metodológicos da Pesquisa “guarda-chuva”

Para a realização da pesquisa *Prisão como tema de pesquisa em programas de pós-graduação em educação: o que diz o estado da arte?*, à qual esta pesquisa faz parte, foi seguido o procedimento metodológico indicado por um compilado de estudiosos da temática, estando elas sistematizadas em:

- **ETAPA INICIAL** (definições e adoção de critérios da pesquisa): identificação das fontes de pesquisa; identificação dos descritores e das fontes de busca.
- **ETAPA INTERMEDIÁRIA** (mapeamento): levantamento do material; tabulação dos dados.

- **ETAPA FINAL** (análises): leitura e síntese preliminar; categorização; análise e conclusões

No entanto, com intuito de contribuir para seu melhor desenvolvimento, esta pesquisa foi organizada em cinco etapas: (1) Alinhamento a equipe; (2) Levantamento e localização do Estado da Arte da Educação nas prisões; (3) Organização e sistematização dos dados preliminares; (4) Leitura e sistematização dos dados; e (5) Análises e publicação dos achados da pesquisa.

A parte sob minha responsabilidade envolveu a participação nas reuniões periódicas de alinhamento da equipe, bem como em todo o processo para levantamento do *corpus* da pesquisa

Assim, a primeira etapa previu a participação em reuniões periódicas de alinhamento da equipe, efetuando previamente as leituras e estudos necessários para melhor compreensão das principais questões relacionadas à educação nas prisões, bem como do funcionamento da análise do Estado da Arte que se propõe a pesquisa maior a que este trabalho está atrelado. Além disso, aprofundamos os estudos sobre as diversas perspectivas que perpassam o desenvolvimento de atividades educativas no contexto prisional. Com esse alinhamento, almejava-se contribuir no processo de testagem e definição dos descritores para direcionamento das buscas e dos bancos de pesquisas a serem utilizados.

Nos estudos feitos, com relação ao Estado da Arte enquanto metodologia de pesquisa, percebemos que há uma necessidade de se seguir alguns requisitos para que haja um bom andamento da pesquisa. A metodologia a ser empregada numa pesquisa depende do que se quer conhecer, das perguntas a serem respondidas em torno do tema ou problema proposto. É isso que indica quais procedimentos de levantamento de informações se devem adotar e quais fontes se deve recorrer. É importante que tenha uma filtragem de fontes e que não aconteça um favoritismo quanto a fonte de pesquisa escolhida, desconsiderando as demais opções. O método utilizado nesta pesquisa recorre às fontes já existentes, mais especificamente teses e dissertações.

Com maior aprofundamento na temática, definimos as plataformas a serem utilizadas para levantamento dos dados, que foram: o Banco de Teses e Dissertações da Capes (Plataforma Sucupira) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Definimos estas duas plataformas, por estarem

restritas a trabalhos acadêmicos de mestrado e doutorado e por abrangerem produções de todo o território nacional.

Após alguns testes, chegamos a oito descritores para serem utilizados na busca de dados em ambas as plataformas, no intuito de mapear de maneira mais ampla possível os trabalhos existentes, sendo eles: (1) “*Educação prisão*”, (2) “*Educação privação liberdade*”, (3) “*Educação penitenciária*”, (4) “*Educação restrição liberdade*”, (5) “*Educação prisional*”, (6) “*Educação cárcere*”, (7) “*Educação presídio*”, e (8) “*Práticas educativas prisão*”. Inicialmente elencamos palavras associadas à temática da pesquisa, tais como: prisão, penitenciária, restrição e privação de liberdade, cárcere, educação, prática educativa.

Em seguida, fomos fazendo combinações entre elas com e sem uso de conectivos e com e sem uso de aspas e verificando a variação no quantitativo de trabalhos localizados pelas plataformas. Com esse processo, vimos que era necessário usar as aspas quando o descritor fosse formado por mais de duas palavras, pois sem as aspas as buscas resultaram em trabalhos associados às palavras separadamente. No entanto, os conectivos não resultaram em diferença no número de trabalhos localizados, sendo, portanto, dispensáveis. Todas essas ações foram feitas coletivamente entre todos os membros da equipe pesquisadora.

Após a definição dos descritores e banco de pesquisa, iniciamos o levantamento do conjunto de trabalhos acadêmicos que compõem o *corpus* da pesquisa mais ampla. Para essa demanda, as pesquisadoras se dividiram, de modo que cada uma delas ficou responsável por fazer o levantamento dos trabalhos a partir de alguns dos descritores previamente selecionados. Nesta etapa, contribui no levantamento do conjunto de trabalhos acadêmicos buscando e organizando os títulos dos trabalhos localizados pelas plataformas de busca acadêmica (CAPES e BDTD).

Unificamos todos os resultados em uma única tabela no *Excel*, a partir da qual efetuamos uma análise preliminar dos títulos dos trabalhos. Realizamos, assim, apenas por meio da leitura do título, uma primeira filtragem, excluindo trabalhos repetidos, que diziam respeito ao sistema socioeducativo ou que não tivessem relação com a temática estudada. Para essa demanda, cada pesquisadora iniciante ficou responsável por analisar e selecionar, de acordo com os critérios definidos em

reunião, um quantitativo de trabalhos que foi determinado pela divisão do total de títulos pelo total de pesquisadoras.

O resultado desse procedimento evidenciou que o critério que mais eliminou trabalhos foi o título ser repetido, o que se explica tanto pelo uso de duas plataformas quanto de oito descritores de busca. Houve ainda eliminação de trabalhos cujos títulos estavam vinculados a outras temáticas e houve um quantitativo considerável de títulos atrelados a medidas socioeducativas, que se deve pelo fato de que ainda há uma forte associação entre o sistema prisional e o sistema socioeducativo, apesar de, em tese, serem sistemas diferentes.

Uma vez finalizada a filtragem, restaram 552 trabalhos, que resultaram no *corpus* da pesquisa “guarda-chuva”. Organizamos os dados gerais dos trabalhos definidos como *corpus* da pesquisa, de acordo com: título; autor/a; banco de dados; tipo (tese ou dissertação); ano de publicação; instituição a qual está vinculado; programa de pós-graduação em que foi desenvolvido; e Estado/região. Esse material “bruto”, a partir de diferentes recortes, foi e está sendo utilizado no desenvolvimento de diferentes Trabalhos de Conclusão de Curso.

3.3 Procedimentos metodológicos específicos desta pesquisa

Do total de 552 trabalhos que compuseram o *corpus* da pesquisa “guarda-chuva”, 365 estavam vinculados a Programas de Pós-Graduação em áreas diretamente relacionadas à Educação e são objeto de análises mais gerais e quantitativas deste trabalho.

Inicialmente realizei a organização geral dos dados destes trabalhos em quadros e gráficos a fim de possibilitar a melhor análise descritiva e dialógica dos mesmos.

O recorte temporal de 1996 a 2023 não foi estabelecido a priori, sendo dado recorrente do próprio levantamento realizado, pois o trabalho mais antigo localizado é referente ao ano de 1996. Quanto ao processo de categorização, este foi de natureza indutiva, fundamentado na Análise de Conteúdo de Bardin (2016). As categorias não foram pré-fixadas; elas emergiram da leitura flutuante e do exame sistemático dos títulos e resumos, sendo agrupadas conforme a recorrência temática.

Posteriormente, como orienta Bardin (2016), efetuei a leitura flutuante e fiz a categorização temática dos títulos dos 365 trabalhos selecionados, buscando localizar neles as informações que possibilitasse a criação de categorias para sistematizá-los a partir do conteúdo de seus títulos. Essa foi uma etapa desafiadora, pois categorizar a partir da análise apenas dos títulos é um trabalho limitante visto que os títulos são, muitas vezes, subjetivos e/ou amplos. Inclusive, alguns não possibilitam a categorização, pois o título não faz nenhuma menção clara ao que se trata a escrita do trabalho. Ao final deste processo, obtivemos 24 categorias temáticas, que evidenciam os temas que mais têm sido investigados no campo acadêmico, bem como aqueles que ainda carecem de mais estudos, as quais serão apresentadas na seção 4.

Após essa análise mais geral, aprofundamos as análises em uma das categorias, a saber: **leitura, escrita e linguagem no cárcere**. Para isso, procedemos inicialmente à análise das informações quantitativas referentes aos 32 trabalhos inseridos nessa categoria e posteriormente efetuamos novamente a técnica da leitura flutuante, porém, dessa vez, nos resumos destes trabalhos.

4. PANORAMA GERAL DAS TRABALHOS SOBRE PRISÃO VINCULADOS AOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Esta seção apresenta uma análise geral dos 365 trabalhos que foram desenvolvidos em programas de pós-graduação vinculados à área da Educação. Busca-se oferecer um panorama amplo da produção identificada, destacando tanto as análises quantitativas quanto qualitativas. A intenção é compreender o cenário mais amplo que tais trabalhos configuram, bem como os temas mais explorados e as áreas ainda pouco investigadas, fornecendo um quadro interpretativo que subsidie discussões posteriores sobre avanços, lacunas e perspectivas de pesquisa.

4.1 Análises a partir dos dados quantitativos

A análise quantitativa dos trabalhos, a partir dos dados sistematizados em planilhas e representados graficamente, permite compreender tendências e características predominantes na produção acadêmica sobre o tema investigado, conforme recomenda Gil (2019), ao destacar que a análise quantitativa contribui para revelar padrões gerais em estudos de revisão.

4.1.1 Denominações dos Programas de Pós-graduação

Ao examinar o Quadro 2 apresentado abaixo, observa-se que os 365 trabalhos analisados estão distribuídos em 67 títulos distintos de Programas de Pós-Graduação relacionados à educação, sendo o mais expressivo aqueles defendidos em denominados especificamente como Programa de Pós Graduação em Educação, totalizando 244 trabalhos. Os outros 121 trabalhos acadêmicos estão distribuídos em outras 66 denominações de programas, todas elas tendo alguma associação com a educação. Esse achado evidencia a amplitude e a heterogeneidade das investigações sobre a oferta educativa em ambientes prisionais, abrangendo desde reflexões teóricas e filosóficas até práticas pedagógicas, políticas públicas e processos de gestão voltados à (re)socialização¹.

¹ Neste trabalho, optamos pela grafia do termo (re)socialização evidenciando entre parênteses o prefixo “re” por entendermos que sua utilização não pode ser tomada de forma acrítica. Embora a expressão seja amplamente empregada nos discursos jurídicos, penais e educacionais para designar processos voltados à integração social de pessoas privadas de liberdade após o cumprimento da pena, compreendemos que ela carrega pressupostos teóricos que merecem problematização. Tal posicionamento fundamenta-se na compreensão de que a socialização constitui um processo

Tal diversidade confirma o que aponta Libâneo (2017), ao destacar a educação como um fenômeno complexo, situado em múltiplas dimensões históricas, culturais e sociais, o que, no caso da prisão, inclui desafios específicos ligados aos direitos humanos e à inclusão.

Quadro 02 – Programas de Pós-graduação onde os trabalhos sobre Educação em contexto prisional foram desenvolvidos

NOME DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	QUANTIDADE DE TRABALHOS DEFENDIDOS
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO	2
CURRÍCULO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3
EDUCAÇÃO	244
EDUCAÇÃO (CURRÍCULO)	1
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	1
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA	4
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2
EDUCAÇÃO BÁSICA	1
EDUCAÇÃO BRASILEIRA	4
EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	1
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	6
EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE	2
EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA	2
EDUCAÇÃO E ENSINO	1
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA	1
EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS	3
EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	1
EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	3
EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS: QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE	1
EDUCAÇÃO ESCOLAR	5
EDUCAÇÃO FÍSICA	1
EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS	3
EDUCAÇÃO PARA CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	1
EDUCAÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE EDUCAÇÃO	1
EDUCAÇÃO PROCESSOS SOCIOEDUCATIVOS E PRÁTICAS ESCOLARES	1
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	9
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL	1
EDUCAÇÃO PÚBLICA	2
EDUCAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1
EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES	1

contínuo, permanente e multifacetado, que ocorre ao longo de toda a vida e em diferentes espaços sociais. Nessa perspectiva, não parece adequado pressupor que determinados sujeitos deixaram de ser socializados e necessitem, posteriormente, ser "ressocializados". Ao contrário, as pessoas privadas de liberdade são resultado de múltiplos processos de socialização, ainda que alguns deles não correspondam aos padrões e expectativas socialmente legitimados. Ademais, a própria instituição prisional também atua como espaço de socialização, produzindo valores, comportamentos, identidades e formas específicas de interação social.

EDUCAÇÃO, CULTURA E COMUNICAÇÃO	1
EDUCAÇÃO, CULTURA E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS	1
EDUCAÇÃO, CULTURAS E IDENTIDADES	1
EDUCAÇÃO, PROCESSOS SOCIOEDUCATIVOS E PRÁTICAS ESCOLARES	2
EDUCAÇÃO: CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL	3
EDUCAÇÃO: CURRÍCULO	1
EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE	3
EDUCAÇÃO: TEORIA E PRÁTICA DE ENSINO	2
EDUCAÇÃO: PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	1
ENSINO DE CIÊNCIA E EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	2
ENSINO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	3
ENSINO DE CIÊNCIAS	2
ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	1
ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E DA NATUREZA	2
ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	2
ENSINO DE FÍSICA	3
ENSINO DE HISTÓRIA	2
ENSINO DE HUMANIDADES	1
ENSINO DE MATEMÁTICA	1
ENSINO E PROCESSOS FORMATIVOS	1
ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	1
ENSINO EM CIÊNCIAS E SAÚDE	1
ENSINO	2
ENSINO, FILOSOFIA E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS	1
FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	1
FORMAÇÃO CIENTÍFICA, EDUCACIONAL E TECNOLÓGICA	1
FORMAÇÃO DE PROFESSORES	1
FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES	1
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO	1
GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA	1
GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	2
GESTÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO	2
GESTÃO EM EDUCAÇÃO	1
GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	2
PROCESSOS SOCIOEDUCATIVOS E PRÁTICAS ESCOLARES	1
PSICOLOGIA ESCOLAR	1
PSICOLOGIA ESCOLAR E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	1
TOTAL	365

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Os programas que possuem mais de três trabalhos defendidos tem como foco temáticas educacionais específicas. Entre eles destacam-se programas como Educação Profissional e Tecnológica, com nove trabalhos; Educação de Jovens e Adultos, com seis; Educação Escolar, com cinco; e Educação Agrícola e Educação Brasileira, com quatro trabalhos cada. Esses dados sugerem que a temática da educação prisional tem sido abordada a partir de diferentes perspectivas dentro da própria área educacional, particularmente em campos que dialogam com a formação de jovens e adultos, com a educação básica e com processos de formação

profissional, dimensões frequentemente associadas ao perfil educacional da população privada de liberdade.

Observa-se também a presença de trabalhos em programas voltados ao ensino de áreas específicas do conhecimento, como Ensino de Ciências, Ensino de Física, Ensino de História e Ensino de Ciências e Matemática. Embora em menor número, essa produção indica o interesse em investigar práticas pedagógicas, metodologias de ensino e processos de aprendizagem em diferentes disciplinas dentro do contexto prisional. Ao mesmo tempo, a diversidade de áreas e abordagens identificadas revela a complexidade dos processos educativos desenvolvidos nas unidades prisionais e evidencia a centralidade do papel docente na mediação dessas experiências formativas.

Nesse contexto, a formação de professores emerge elemento essencial para a construção de práticas educativas significativas e comprometidas com a realidade dos educandos. Como afirma Paulo Freire (1991, p. 58) “Ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro horas da tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, na prática e na reflexão sobre a prática”. A reflexão freireana torna-se particularmente relevante quando se considera que a atuação em ambientes prisionais demanda conhecimentos e sensibilidades específicas, capazes de articular os objetivos educacionais às condições concretas de vida dos educandos. Nesse sentido, a ausência de formação específica para atuação no contexto prisional fragiliza o trabalho docente, uma vez que, conforme Paulo Freire, não há ensino sem compreensão da realidade concreta dos educandos.

É relevante notar que Programas voltados a questões sociais e identitárias, como Educação e Relações Étnico-Raciais, Educação, Culturas e Identidades e Educação, Processos Socioeducativos e Práticas Escolares tem produções relacionadas à educação e prisão, ainda que em quantitativo diminuto. Essas temáticas sinalizam uma preocupação com equidade, diversidade e inclusão nos espaços educativos privativos de liberdade, alinhando-se a diretrizes de uma educação comprometida com a dignidade humana, a cidadania e o combate às desigualdades estruturais.

Apesar da diversidade, percebe-se que a maioria dos programas apresenta apenas um ou dois trabalhos defendidos, o que indica que, em muitos casos, a

temática surge de maneira pontual, vinculada a interesses específicos de pesquisadores ou a determinadas linhas de pesquisa, e não necessariamente como um eixo consolidado dentro desses programas.

Ao mesmo tempo, o conjunto dos 365 trabalhos aponta para um campo em constante expansão. Ou seja, a presença da temática em múltiplos programas e áreas do conhecimento demonstra sua relevância social e científica, mas a baixa recorrência de pesquisas em grande parte desses espaços indica a persistência de lacunas institucionais e epistemológicas.

Assim, mais do que um campo consolidado, a educação nas prisões configura-se como uma agenda emergente, marcada por avanços significativos, mas ainda dependente de maior continuidade investigativa e reconhecimento acadêmico para fortalecer sua capacidade de produzir conhecimentos sistemáticos e influenciar políticas educacionais voltadas à população privada de liberdade.

4.1.2 Tipologia dos trabalhos

Segundo Campelo (2000), teses e dissertações fazem parte de um tipo de literatura cinzenta, que para Gomes, Mendonça e Souza (2000, s/p) é usada para indicar documentos não convencionais, produzidos nos âmbitos governamental, acadêmico, comercial e da indústria. Tal como é empregada, caracteriza documentos que têm pouca probabilidade de serem adquiridos através dos canais usuais de venda de publicações, já que nas origens de sua elaboração o aspecto da comercialização não é levado em conta por seus editores.

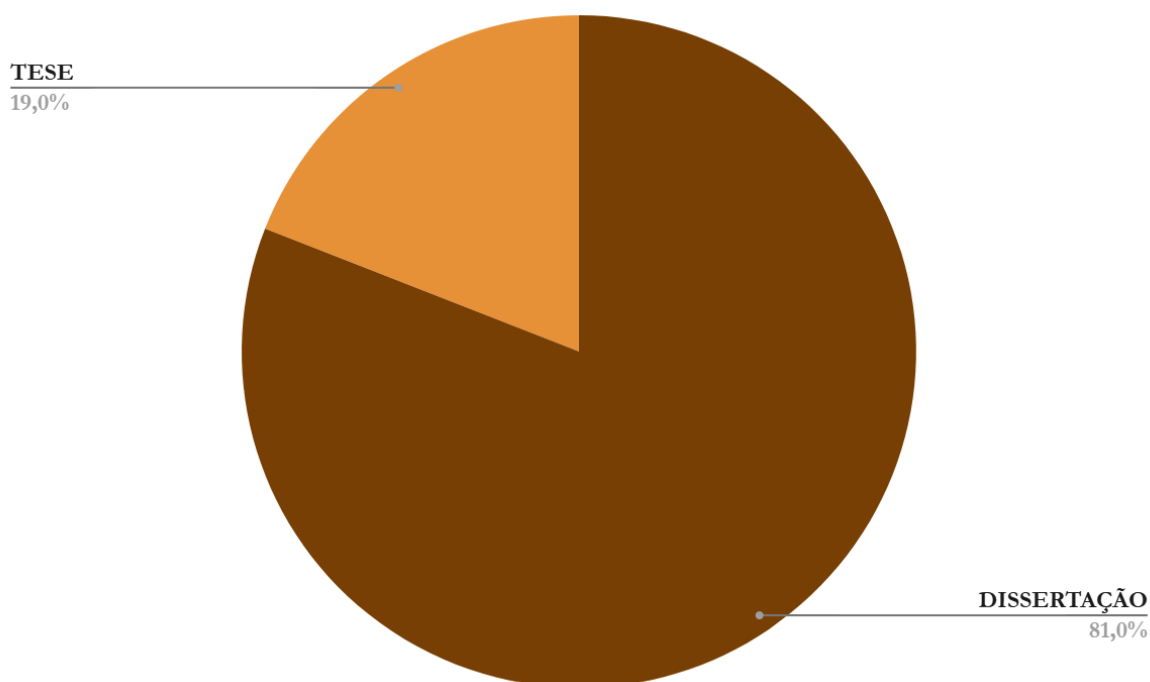
Tendo isso em vista, Campelo (2000, s/p) afirma que:

As teses e dissertações devem ser analisadas no contexto da educação pós-graduada. Seu valor e qualidade vão depender também da qualidade dos cursos onde são produzidas, além da competência do orientador e, portanto, o processo de seleção de teses para inclusão no acervo de bibliotecas deve levar em conta esses aspectos. A área do conhecimento é outro fator que tem influência no status das teses e dissertações. Em áreas com grande volume de produção bibliográfica, tende-se a considerar esses documentos como meros exercícios acadêmicos e a valorizar mais as formas nobres de publicação, como os artigos de periódicos.

O Gráfico 1 evidencia a distribuição dos 365 trabalhos mapeados, entre dissertações e teses. Observa-se que 81% (296) correspondem a dissertações,

enquanto apenas 19% (69) são teses. Esse resultado sugere maior produção no nível de pós-graduação em cursos de mestrado, o que está em consonância com a expansão desses programas no Brasil nas últimas décadas (BRASIL, 2020).

Gráfico 01- Distribuição de teses e dissertações nos 365 trabalhos defendidos em programas de pós-graduação na área da Educação.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Essa predominância também permite refletir sobre o papel das dissertações como importante etapa formativa do pesquisador, oferecendo oportunidades de amadurecimento teórico e metodológico. Conforme Minayo (2015), os trabalhos de conclusão em nível de mestrado constituem um espaço de aprendizagem fundamental para o desenvolvimento da pesquisa científica no país. No entanto, são trabalhos, em geral, menos robustos e consistentes do que as teses de doutorado.

4.1.3 Gênero na autoria dos trabalhos

Para a análise das autorias dos trabalhos identificados no levantamento deste estado da arte, optou-se por realizar uma identificação aproximada do gênero dos

autores a partir dos nomes próprios apresentados nas produções acadêmicas. Essa estratégia metodológica foi adotada com o objetivo de oferecer um panorama geral da participação de homens e mulheres na produção científica sobre educação em contexto prisional.

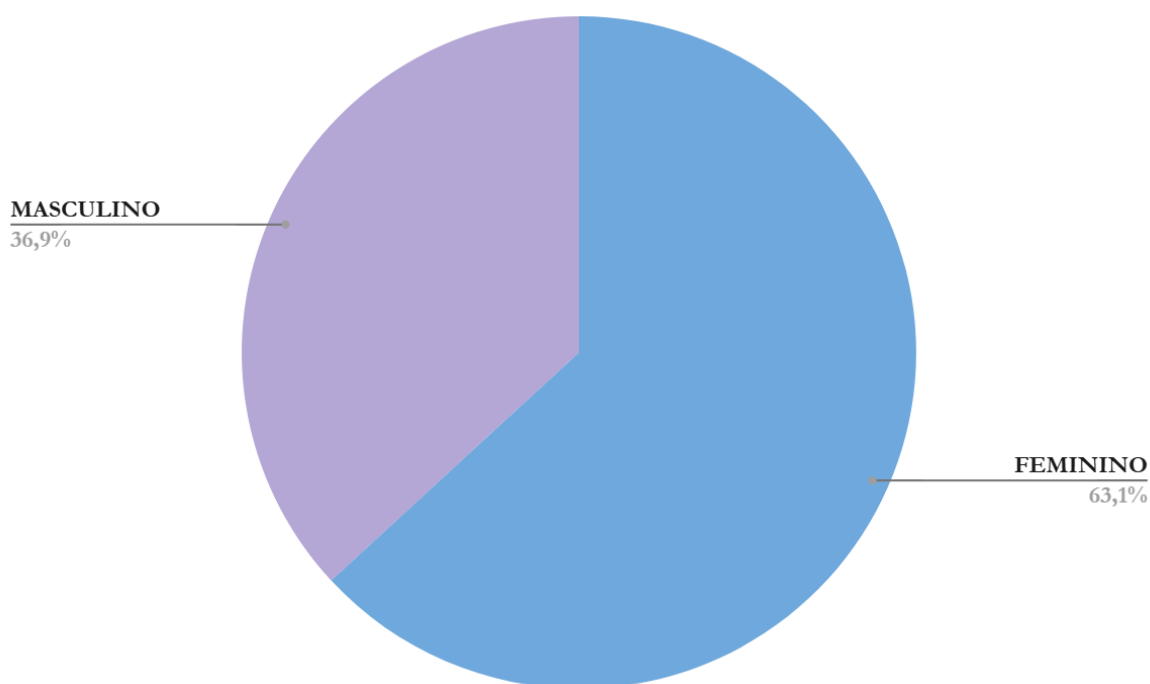
A classificação foi realizada considerando o gênero socialmente associado aos nomes próprios na língua portuguesa, prática frequentemente utilizada em estudos bibliométricos e análises exploratórias de autoria acadêmica. Dessa forma, os nomes foram categorizados como masculinos ou femininos a partir de seu uso predominante no contexto sociocultural brasileiro. Cabe destacar que esse procedimento possui caráter estimativo, uma vez que a identificação do gênero exclusivamente pelo nome não permite afirmar, com absoluta precisão, a identidade de gênero das pessoas autoras.

É importante ressaltar que este trabalho não tem como objetivo central aprofundar a análise das questões de gênero, tampouco discutir de forma detalhada as relações de gênero na produção científica. A utilização desse critério busca apenas evidenciar tendências gerais de participação de homens e mulheres na autoria das pesquisas, contribuindo para uma compreensão mais ampla da configuração do campo investigado.

Ainda assim, tais dados ganham relevância quando considerados à luz de características estruturais tanto do campo educacional quanto do sistema prisional brasileiro. De um lado, a educação constitui um espaço profissional historicamente feminizado, marcado pela predominância de mulheres na docência e em diferentes atividades pedagógicas. De outro, as prisões brasileiras são compostas majoritariamente por homens, que representam a ampla maioria da população privada de liberdade e, conseqüentemente, dos estudantes atendidos pelas ações de educação na prisão. Essa configuração evidencia uma dinâmica particular, na qual um campo profissional predominantemente feminino desenvolve práticas educativas voltadas, em grande medida, a uma população masculina. Embora as implicações dessa relação extrapolem os objetivos desta pesquisa, trata-se de um aspecto relevante para compreender o contexto social em que se produzem tanto as práticas educativas quanto os conhecimentos acadêmicos sobre educação na prisão.

Feita essas considerações, podemos observar no gráfico 2, apresentado seguir, que a predominância do gênero feminino (63,1%) em relação ao masculino (36,9%) na autoria dos trabalhos.

Gráfico 2 – Distribuição dos trabalhos segundo o gênero do/a autor/a



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Esse dado acompanha tendências de feminização da pesquisa acadêmica, especialmente nas áreas de Educação e Humanas (Almeida; Silva, 2018), demonstrando maior inserção das mulheres em programas de pós-graduação.

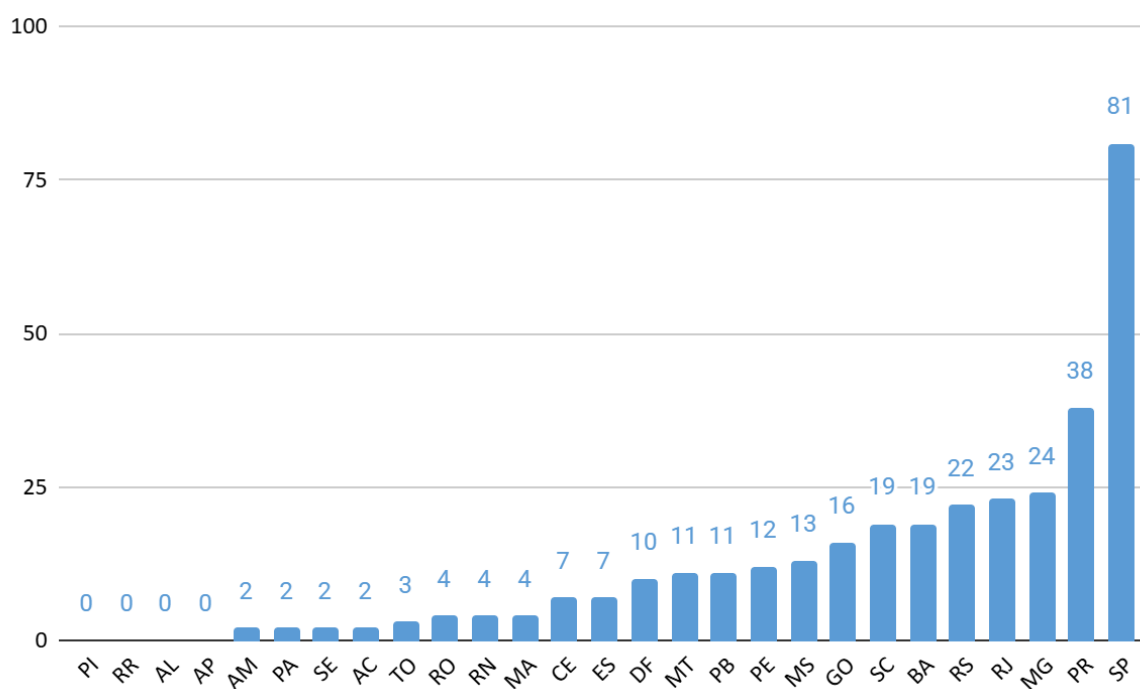
Essa constatação não apenas indica uma mudança na composição dos corpos acadêmicos, mas também suscita reflexões sobre os impactos dessa presença na escolha de temas, metodologias e abordagens de pesquisa. Segundo Saffioti (2015), o aumento da participação feminina na ciência amplia o leque de olhares e questionamentos, enriquecendo o debate acadêmico.

4.1.4 Distribuição por estado e região

No que se refere à procedência institucional, há maior concentração de trabalhos nos estados de São Paulo, Santa Catarina e Paraná, seguidos por Minas

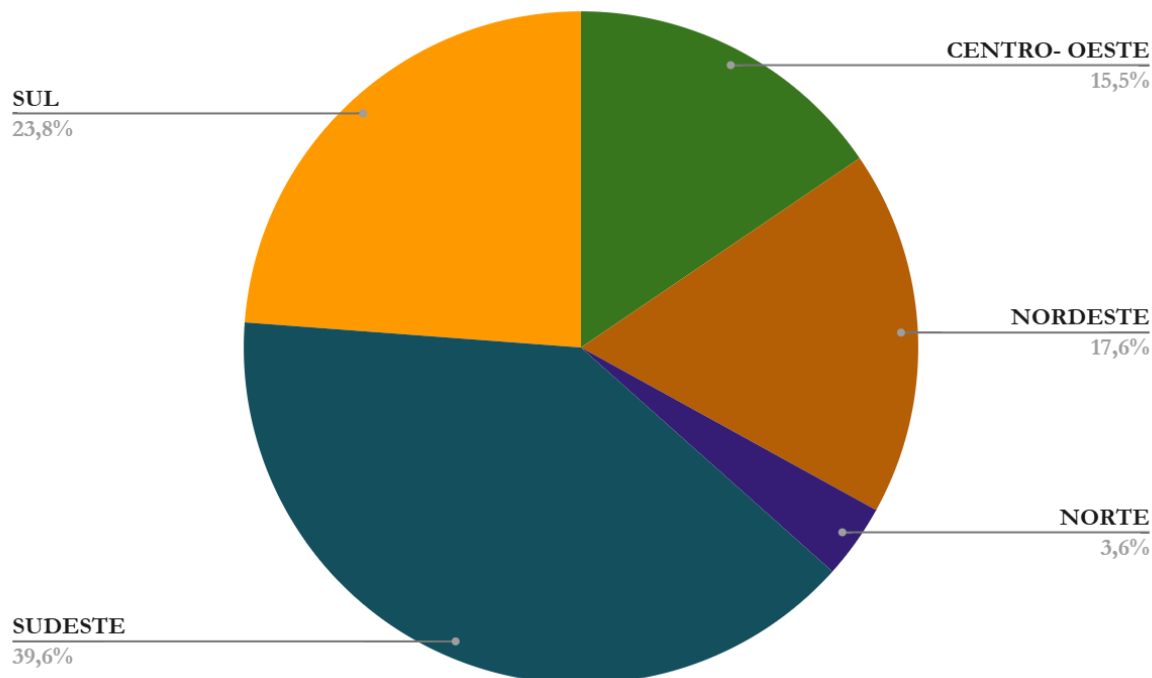
Gerais e Rio Grande do Sul. Essa distribuição está alinhada à concentração histórica de programas de pós-graduação nas regiões Sudeste e Sul. Isso é evidenciado no gráfico a seguir:

Gráfico 3 – Quantidade de trabalhos por estado



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Gráfico 4 – Quantidade de trabalhos por região



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

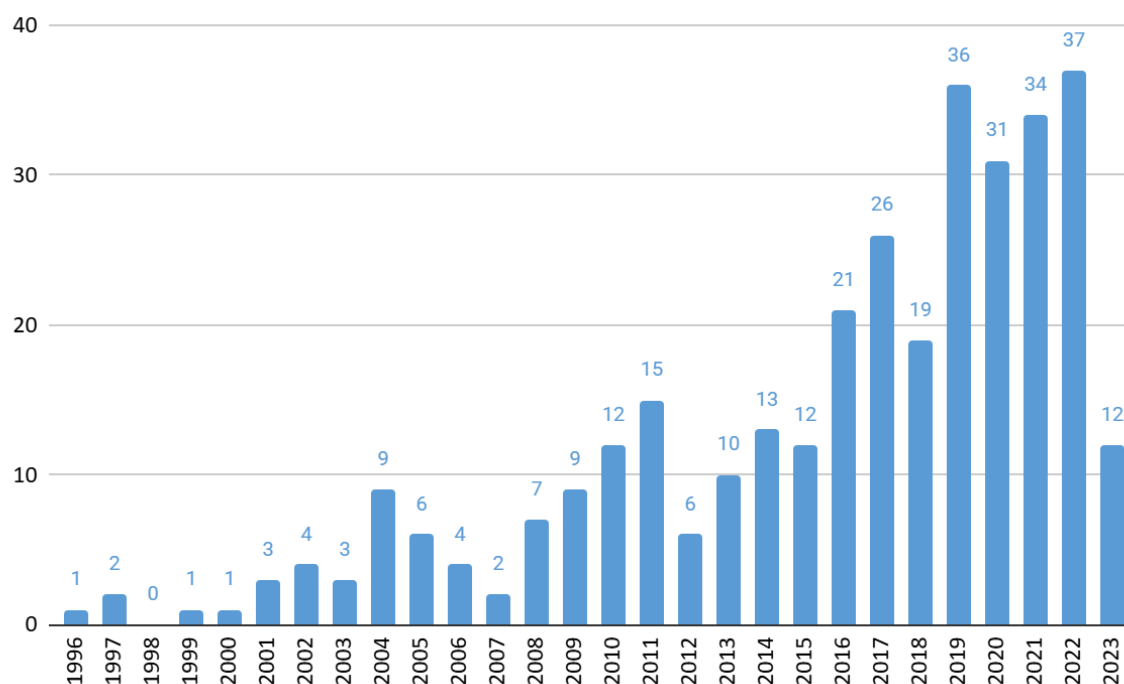
Esse panorama revela desafios para a descentralização do conhecimento no Brasil, uma vez que regiões como Norte e Nordeste ainda apresentam participação reduzida. Investimentos em políticas de incentivo à pesquisa nessas localidades poderiam contribuir para maior equidade na produção acadêmica, democratizando o acesso à formação científica e promovendo diversidade regional. Além disso, a falta ou menor incidência de trabalhos em determinados estados implica na produção de conhecimento distorcido da realidade prisional brasileira, uma vez que conhece desproporcionalmente as diferentes realidades estaduais.

4.1.5 Evolução temporal

A evolução temporal, apresentada no Gráfico 5, indica crescimento consistente da produção entre 1996 e 2023, com aumento expressivo a partir de 2015. Os anos de 2020, 2021 e 2022 apresentam os maiores números, alcançando

mais de 35 publicações anuais. Tal tendência está relacionada à ampliação de vagas e financiamentos para a pós-graduação e ao crescente interesse pelo tema de estudo, sobretudo se considerarmos normativas recentes que institucionalizaram a oferta educacional e a remição de pena pela leitura, a exemplo da Recomendação CNJ nº 44/2013 e da Resolução CNJ nº 391/2021, que impulsionaram o debate sobre o direito à educação no cárcere.

Gráfico 5 – Evolução da produção acadêmica (1996-2023)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

O aumento no número de trabalhos também pode ser compreendido à luz da consolidação de redes de pesquisa e da maior facilidade de acesso a bases de dados, o que potencializa a difusão de informações científicas.

Para compreensão da queda no ano de 2023, é importante esclarecer que este foi o ano em que o levantamento de dados foi realizado, de modo que não foi possível abranger a totalidade de trabalhos defendidos neste ano, estando portanto incompleto.

4.2 Análises a partir dos dados qualitativos

As temáticas abordadas nos 365 trabalhos analisados foram agrupadas, após a análise de conteúdo realizada nos títulos das obras, resultando em 23 categorias, conforme pode ser observado no quadro 03. Importa destacar que oito trabalhos não foram inseridos em nenhuma categoria, pois seus títulos eram vagos ou demasiadamente subjetivos, não possibilitando identificar o tema que abordam.

O resultado dessa categorização está apresentado no quadro a seguir.

Quadro 03 – Resultados relativos à categorização dos trabalhos a partir da análise de seus títulos

CATEGORIA	CRITÉRIO PARA INCLUSÃO	QUANTIDADE DE TRABALHOS
Universidade: atuação, importância, responsabilidade	Relação entre universidade pública e a prisão	1
Cartas na prisão	A palavra carta aparece no título	1
Educação não formal	O termo "educação não formal" aparece no título	1
Envelhecimento em situação de privação de liberdade	Questão do envelhecimento durante o período de privação de liberdade e/ou idosos na prisão	1
Análise de projeto de vida	Menção direta do termo "projeto de vida"	1
Educação e saúde	Menção à associação e/ou relação entre educação e saúde	2
Alfabetização	A questão da alfabetização pedagógica está explícita no título	3
Inclusão na prisão	Abordagens relacionadas à educação inclusiva	3
Identidade/perfil das pessoas encarceradas	Abordam a discussão da identidade e/ou perfil das pessoas encarceradas	3
Arte e comunicação	Relacionados à arte e/ou a comunicação na prisão	6
EAD	Relacionados a alguma forma/oferta de educação a distância	9
Currículo	Contém a termo "currículo" no título	12
Educação, gênero e sexualidade	Aborda questões de gênero	15
Educação e Direitos Humanos	Problematiza a ausência de cidadania e direitos das pessoas presas e/ou aparece o termo "direito" no título	20
Educação e/para o trabalho	Evidencia a associação entre educação e o trabalho	21
Políticas Públicas	Relacionados às políticas públicas vinculadas à oferta da educação na prisão	24

Significados e sentidos da educação		Abordam os sentidos e os significados da experiência educativa no contexto prisional	26	
Análise de uma Unidade Prisional/Cidade/Estado		Trabalhos nos quais é analisado um caso educacional específico de uma unidade prisional	30	
Áreas/ disciplinas escolares	Ciências	Menção à análise do componente curricular	6	30
	Química		2	
	Matemática		2	
	História		5	
	Física		5	
	Biologia		3	
	Filosofia		1	
	Educação Física		2	
Leitura, escrita e linguagem no cárcere		Abordam questões e/ou experiências de leitura, escrita e/ou linguagem	32	
Docência entre muros		Tem como foco a atuação docente nas prisões	33	
Concepções/Problematizações acerca da educação		Títulos mais abrangentes relativos à educação na prisão e/ou que problematizam sua concepção.	34	
Educação e o retorno à sociedade extramuros		Remetem a associação e/ou problematização entre educação e (re)integração social e/ou a ressocialização e suas facetas	44	
Não definido pelo título		Trabalhos que não foram possível ser categorizados apenas com a leitura do título, por serem muito amplo e/ou subjetivo.	9	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

A categoria que reuniu a maior parte de trabalhos, com um total de 44, foi “Educação e o retorno à sociedade extramuros”, o que reflete um forte interesse de análise acadêmica para o discurso de defesa da função ressocializadora da educação na prisão. Esse elevado número encontra correspondência com o estudo conduzido por Fidalgo (2026, p. 99), que revela que as pesquisas sobre educação na prisão são analisadas “sempre na perspectiva de possibilidade de resgate, incorrendo frequentemente numa pesquisa com um certo caráter messiânico, de salvadora dos alunos-presos”, mesmo Foucault (2006, p. 221) já tendo afirmado que:

A pena privativa de liberdade não ressocializa o preso, pelo contrário é visível o aumento da taxa de reincidência (“criminosos permanecem “estáveis”), eis que [...] depois de sair da prisão, se têm mais chance que antes de voltar para ela, os condenados são, em proporção considerável, antigos detentos.

O que se observa, na prática, é que o sistema prisional não tem se mostrado capaz de contribuir para a dita ressocialização, muito pelo contrário. E a consequência deste fato é que após o cumprimento da pena, boa parte das pessoas que estiveram presas são marginalizadas e discriminadas na sociedade extramuros, que lhes oferece pouquíssimas oportunidades de (re)integração social.

Resta saber, no entanto, qual a perspectiva em relação à associação entre educação e (re)socialização que tem sido assumida nessas pesquisas. Elas se posicionam contrárias a essa associação, aproximando-se da perspectiva da criminologia crítica? Ou têm tomado-a como verdadeira, reproduzido tal associação? Essa é uma das questões que se desdobram dessa análise preliminar feita a partir dos títulos dos trabalhos. Compreendê-la requer, porém, aprofundar as análises a partir dos textos integrais dessas pesquisas, o que está sendo feito pela pesquisadora Maria Victória Coelho Oliveira, que também faz parte da pesquisa “guarda-chuva”

Na média de 30 trabalhos, temos as categorias “Concepções/Problematizações acerca da educação” com 34, “Leitura, escrita e linguagem no cárcere” e “Docência entre muros”, com respectivamente 32 e 33 trabalhos, e “Análise de uma Unidade Prisional/Cidade/Estado” e “Áreas/disciplinas escolares” cada uma com 30. A expressiva presença de estudos sobre concepções e problematizações da educação sugere que o campo ainda dedica esforços significativos à construção e à consolidação de seus referenciais teóricos, discutindo finalidades, limites, possibilidades e sentidos da educação em espaços de privação de liberdade. Esse dado pode indicar que a educação na prisão permanece como um objeto em disputa, exigindo constantes reflexões acerca de sua legitimidade, de seus objetivos e de suas relações com as políticas penais e educacionais.

A categoria “Leitura, escrita e linguagem no cárcere” evidencia um debate emergente no campo da educação prisional, impulsionado por avanços normativos que consolidaram a leitura não apenas como prática formativa, mas como mecanismo formal de acesso à liberdade. A institucionalização da remição de pena

pela leitura, por meio da Resolução CNJ nº 391/2021, foi um marco que conferiu um novo peso às práticas de leitura e escrita, situando-as como direitos fundamentais. Nesse cenário, o ato de ler e escrever ultrapassa o viés puramente escolar, assumindo centralidade como práticas de formação humana, ampliação de repertório cultural e, essencialmente, como estratégias de reconstrução de trajetórias sociais e de gestão do tempo de pena

Já “Docência entre muros” expressa a crescente preocupação em compreender as especificidades do trabalho docente no sistema prisional, marcado por desafios institucionais, limites estruturais e ausência de formação inicial voltada para esse espaço. Muitos cursos de licenciatura ainda não contemplam a prisão como campo possível de atuação profissional, o que reforça lacunas na preparação docente. Como destaca Paulo Freire, a prática educativa exige reflexão crítica e leitura da realidade concreta dos sujeitos (Freire, 1996).

A categoria “Análise de uma Unidade Prisional/Cidade/Estado”, por sua vez, revela a importância de estudos de caso e relatos de experiência para compreender a diversidade existente entre os estabelecimentos penais, uma vez que cada unidade apresenta dinâmicas próprias, diferentes condições materiais e formas distintas de organização educacional. Tais investigações permitem analisar a realidade local de forma aprofundada e subsidiar políticas públicas mais adequadas.

Por fim, “Áreas/disciplinas escolares” demonstra o interesse em discutir a formação e as metodologias de ensino em componentes curriculares específicos dentro do cárcere, considerando as singularidades desse contexto e a necessidade de adaptação pedagógica. Assim, tanto a formação dos profissionais que atuam no contexto de privação de liberdade quanto dimensões educativas diversas são exploradas, evidenciando a complexidade da oferta de educação neste contexto.

Um pouco menos expressivo, mas com número considerável de trabalhos há a presença de pesquisas que relacionam a educação com outras dimensões sociais importantes, como políticas públicas (24), educação e/para o trabalho (21) e educação e direitos humanos (20). Essas categorias revelam o interesse da produção acadêmica em analisar a educação prisional a partir de sua inserção em marcos normativos, institucionais e sociais mais amplos, discutindo tanto as políticas educacionais voltadas às pessoas privadas de liberdade quanto às implicações da educação para a garantia de direitos e para a formação profissional.

As questões de gênero e sexualidade também aparecem como temática relevante, com 15 trabalhos, indicando um campo de investigação que busca problematizar as relações de gênero, as especificidades das experiências educativas de mulheres privadas de liberdade e as dinâmicas sociais que atravessam o ambiente prisional.

Outra categoria significativa é a de currículo, com 12 trabalhos, evidenciando a preocupação com a organização dos conteúdos, das propostas pedagógicas e das diretrizes curriculares aplicadas à educação em contexto prisional. Já a educação a distância (EAD) aparece em 9 (nove) estudos, o que sugere um interesse crescente nas possibilidades e limites dessa modalidade de ensino para ampliar o acesso à educação nas prisões. Contudo, há que se registrar que a implementação da EAD depende de infraestrutura tecnológica, acesso à internet, equipamentos adequados e logística institucional, condições ainda ausentes ou insuficientes em grande parte das unidades prisionais brasileiras.

Além disso, embora a mediação tecnológica possa ampliar oportunidades formativas, a educação no cárcere também envolve dimensões relacionais, convivência humana e processos de socialização fundamentais para a reintegração social das pessoas privadas de liberdade. Nesse sentido, pensar a EAD nesse contexto requer considerar tanto seu potencial democratizador quanto seus limites materiais e pedagógicos.

Além dessas temáticas mais recorrentes, observa-se um conjunto de categorias com menor número de trabalhos, mas que evidenciam a diversidade de enfoques da área. Entre elas encontram-se pesquisas sobre arte e comunicação na prisão (6), alfabetização (3), educação inclusiva no cárcere (3), identidade e perfil das pessoas encarceradas (3) e educação e saúde (2). Há ainda temas bastante específicos, como educação não formal, análise de projeto de vida, cartas na prisão, universidade e prisão e envelhecimento em situação de privação de liberdade, cada um com apenas um trabalho identificado.

O reduzido número de trabalhos especificamente sobre Alfabetização é preocupante, tendo em vista a baixa escolaridade da população carcerária. Além disso, chama a atenção o fato de apenas um trabalho abordar a questão do envelhecimento na prisão, que reforça a invisibilidade da população carcerária idosa. Os idosos em ambientes carcerários são frequentemente negligenciados, com suas

necessidades e condições de vida raramente sendo abordadas de maneira adequada. Esta invisibilidade é um reflexo direto da ausência de políticas e pesquisas voltadas para essa população específica" (Carvalho, 2019, p. 45). Escrever sobre isso é importante, pois ao abordar o tema do envelhecimento na prisão, chamamos atenção para essa realidade, destacando as condições de vida desses indivíduos e a falta de políticas específicas para atender suas necessidades.

A partir das categorias apresentadas no quadro e das temáticas predominantes identificadas nos títulos dos trabalhos, também é possível observar algumas lacunas temáticas na produção acadêmica sobre educação em contexto prisional. Essas ausências não significam necessariamente que tais temas não existam na literatura, mas indicam que não aparecem com destaque nos títulos dos trabalhos analisados, o que pode sugerir uma presença reduzida ou menos central no campo investigado.

A primeira lacuna diz respeito às questões raciais e étnico-raciais. Considerando que o sistema prisional brasileiro apresenta forte seletividade racial, com predominância de pessoas negras e pardas entre a população encarcerada, chama atenção a ausência de categorias que abordam explicitamente a relação entre educação na prisão, racismo estrutural, desigualdades raciais ou educação para relações étnico-raciais. A ausência desse debate nos títulos pode indicar um espaço ainda pouco explorado na produção acadêmica da área.

Outra temática pouco evidenciada refere-se às questões indígenas e de povos tradicionais no sistema prisional. Não há menções específicas a experiências educativas envolvendo pessoas indígenas privadas de liberdade, tampouco discussões sobre interculturalidade ou educação diferenciada no contexto prisional, o que pode representar uma lacuna importante, sobretudo considerando a diversidade sociocultural da população brasileira.

Outra ausência relevante refere-se às famílias das pessoas privadas de liberdade e suas relações com os processos educativos. O papel das redes familiares e comunitárias no apoio à escolarização ou na integração social mediada pela educação não aparece explicitamente nas categorias identificadas.

Também são pouco visíveis discussões sobre avaliação da aprendizagem e avaliação de políticas educacionais no contexto prisional, bem como estudos que tratem especificamente de financiamento da educação nas prisões ou da

infraestrutura educacional das unidades prisionais.

Percebe-se, assim, que uma análise preliminar geral das temáticas abordadas nos trabalhos acadêmicos aponta simultaneamente para uma ampla diversidade de temáticas sendo associadas e investigadas pelo campo de conhecimento da educação na prisão e para diferenças no aprofundamento nos estudos delas.

5. ENTRE GRADES E PALAVRAS: LEITURA, ESCRITA E LINGUAGEM NO CÁRCERE

Dentre as 23 categorias que dão o panorama geral dos temas que têm sido abordados nos trabalhos acadêmicos na interface entre prisão e educação, esta pesquisa aprofunda-se um pouco mais na categoria *Leitura, escrita e linguagem no cárcere* composta por 33 trabalhos que abordam questões e/ou experiências de leitura, escrita e/ou linguagem nos espaços prisionais. Essas produções exploram, em maior ou menor medida, a função da leitura e da escrita como meios de expressão, de comunicação com o “mundo de fora” e de reconstrução simbólica do “eu” privado de liberdade.

A escolha por esse recorte se justifica em virtude da relevância social da temática, uma vez que práticas de leitura e escrita podem constituir importantes instrumentos de expressão, reflexão crítica e construção de sentidos para sujeitos privados de liberdade, frequentemente marcados por trajetórias de exclusão escolar e social. Além disso, essa temática tem crescido no contexto prisional em virtude da possibilidade de remição de pena por leitura.

Em linhas gerais, a remição de pena por leitura consiste em uma política desenvolvida no contexto do sistema prisional que possibilita às pessoas privadas de liberdade a redução de parte de sua pena mediante a participação em atividades de leitura e produção textual. O procedimento geralmente envolve a leitura de obras previamente selecionadas, seguida da elaboração de resenhas, relatórios ou outros instrumentos de avaliação que permitam aferir a compreensão do conteúdo lido. É permitida a leitura de uma obra literária por mês, a qual confere quatro dias de remição da pena. Para além de seu efeito jurídico imediato, relacionado ao abatimento do tempo de cumprimento da pena, a remição por leitura tem sido apresentada como uma estratégia de incentivo ao acesso à educação, à cultura e ao desenvolvimento de habilidades de leitura, escrita e reflexão crítica. Nesse sentido, a iniciativa tem ocupado lugar de destaque nos debates sobre educação na prisão.

O recorte também se sustenta em uma motivação de ordem pessoal e profissional, tendo em vista que tive a experiência extensionista no Projeto *Entre-nós* com leitura e escrita na prisão e reconheci na leitura e escrita um caminho potente de transformação humana e inclusão social, despertando interesse em compreender

como estes processos podem contribuir para a ressignificação de trajetórias no contexto prisional.

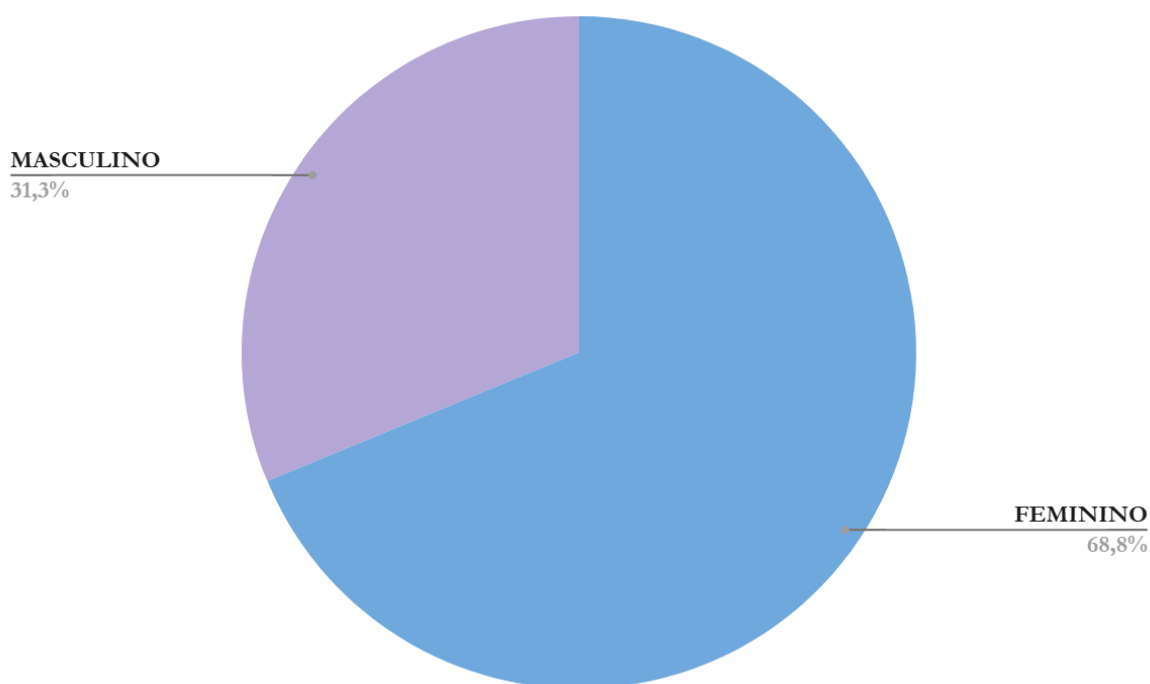
A leitura, a escrita e a linguagem, em contextos de privação de liberdade, assumem significados que vão além de meros instrumentos pedagógicos. Elas se configuram como práticas sociais atravessadas por relações de poder, resistência e subjetivação. Nesse sentido, a educação no cárcere não pode ser compreendida apenas como um mecanismo de socialização ou de “ajustamento social”, mas deve ser vista como uma possibilidade de reconstrução de identidades, de ampliação da consciência crítica e de afirmação da dignidade humana.

A realidade carcerária, marcada por vigilância, controle e disciplina (Foucault, 2007), tende a reduzir os sujeitos à condição de corpos dóceis e silenciados. Contudo, quando a palavra escrita adentra os muros da prisão, ela pode atuar como dispositivo de emancipação, pois rompe com a lógica do confinamento absoluto. Paulo Freire (1987) lembra que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, e isso implica reconhecer que a leitura e a escrita, quando trabalhadas em ambientes de opressão, só cumprem um papel transformador se dialogarem com a experiência concreta das pessoas presas.

5.1 Análises a partir dos dados quantitativos

A análise das dissertações e teses que compõem a categoria “Leitura, escrita e linguagem no cárcere” permite identificar tendências significativas no perfil da produção acadêmica brasileira sobre o tema.

Gráfico 6 – Distribuição por sexo dos(as) autores(as)

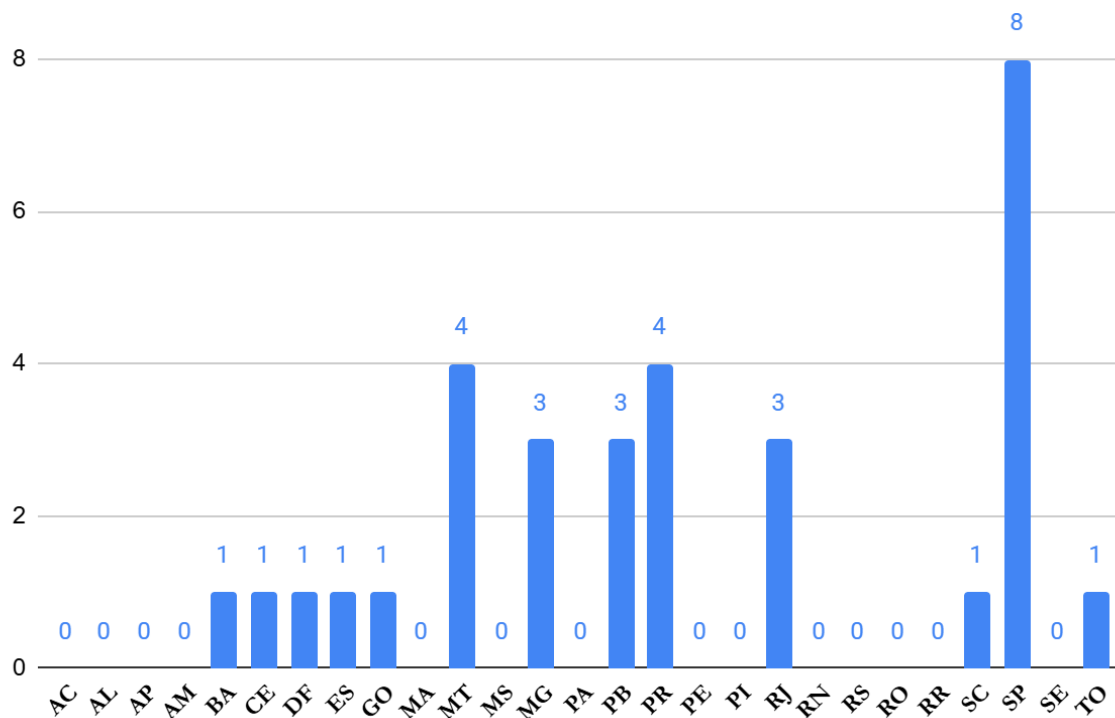


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Observa-se que 68,8% (22) das pesquisas foram realizadas por mulheres, enquanto 31,3% (10) foram assinadas por homens. Esse dado confirma uma tendência já observada nos estudos em Educação: a forte presença feminina, tanto na docência quanto na pesquisa (Nogueira, 2017). Além disso, pode indicar uma maior sensibilidade das pesquisadoras em se debruçar sobre contextos de vulnerabilidade social e exclusão, tal como o sistema prisional.

Com o objetivo de compreender a distribuição geográfica das produções acadêmicas analisadas, o Gráfico 7 apresenta a quantidade de trabalhos identificados por estado da federação. Essa organização permite visualizar as regiões que concentram maior número de pesquisas sobre a temática, bem como evidenciar desigualdades na produção científica entre os diferentes estados brasileiros, aspecto relacionado à concentração de programas de pós-graduação, universidades e investimentos em pesquisa no país.

Gráfico 7 – Distribuição por estado



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

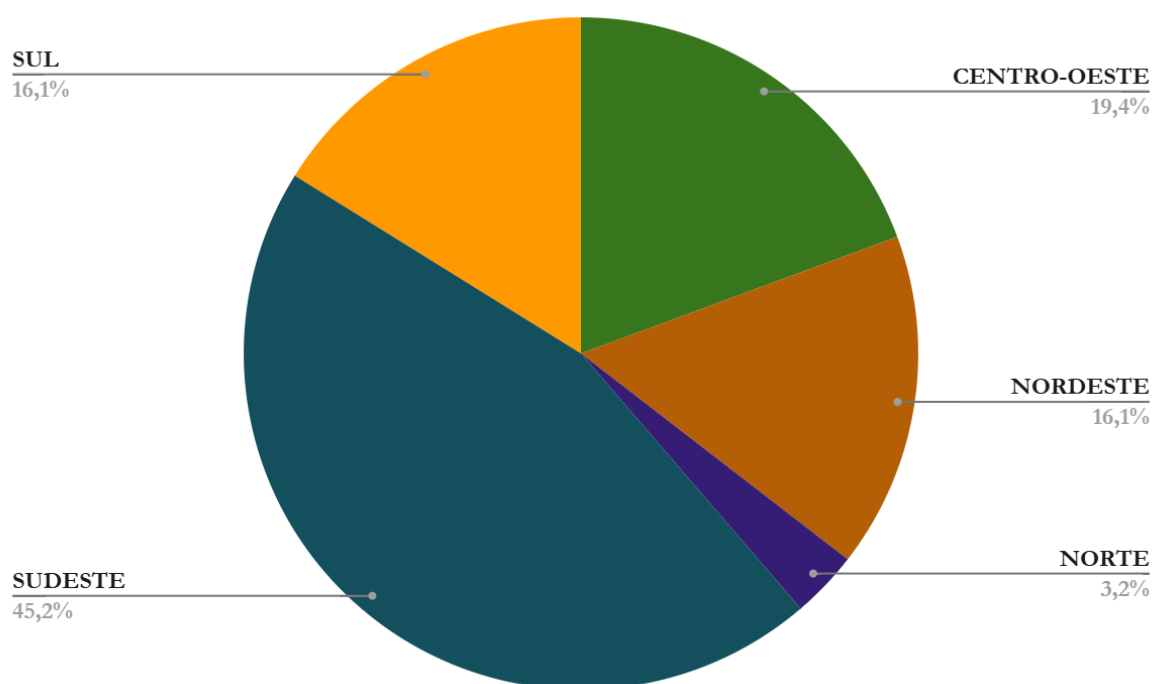
Em relação à distribuição geográfica, os estados que mais concentram trabalhos são São Paulo (8), Mato Grosso (4), Minas Gerais (3), Rio de Janeiro (3) e Paraíba (3). O predomínio de São Paulo pode ser explicado pela forte concentração populacional e carcerária, além da presença de universidades com programas de pós-graduação consolidados. Já a participação da Paraíba mostra que, mesmo em estados com menor densidade populacional, há iniciativas significativas de pesquisa crítica sobre a educação no cárcere.

Por outro lado, estados da região Norte e parte do Nordeste ainda apresentam baixa produção acadêmica, com apenas um trabalho identificado no Tocantins, Ceará e Bahia, revelando lacunas que podem ser exploradas em investigações futuras.

O Gráfico 8 apresenta a distribuição dos trabalhos por região brasileira. Essa organização possibilita identificar quais regiões concentram maior volume de pesquisas sobre educação em contexto prisional, bem como observar assimetrias na produção científica nacional. Tais diferenças podem estar relacionadas à

concentração de programas de pós-graduação, instituições de ensino superior, investimentos em pesquisa e também às especificidades sociais e carcerárias de cada região do país.

Gráfico 8 – Distribuição por região



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

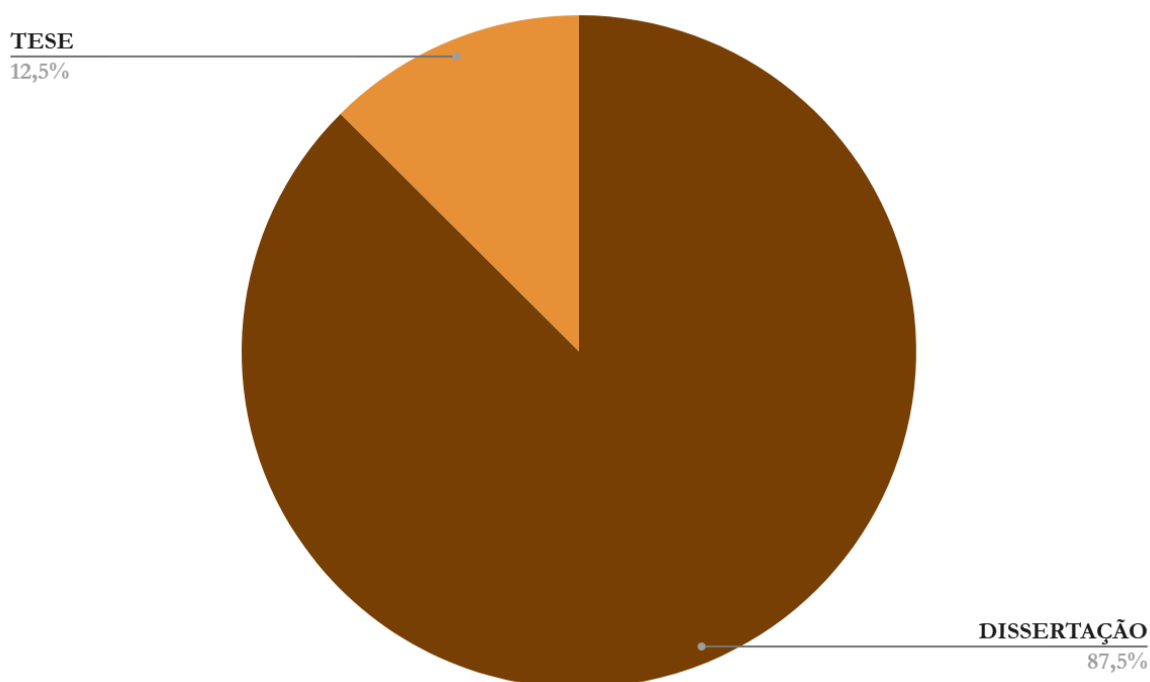
O Gráfico 8, que detalha a distribuição dos trabalhos sobre "Leitura, escrita e linguagem no cárcere" por região, revela assimetrias significativas na produção científica nacional. Essa distribuição geográfica indica uma forte concentração de estudos nas regiões centro-oeste e sudeste. Embora o predomínio do sudeste seja esperado devido à concentração populacional e de programas de pós-graduação, a baixa produção nas regiões Norte e parte do Nordeste, onde foram identificados apenas um trabalho no Tocantins, Ceará e Bahia, evidencia uma lacuna crítica.

Tais diferenças regionais na pesquisa sugerem que o conhecimento produzido pode estar desproporcionalmente descolado das diversas realidades prisionais brasileiras, uma vez que as assimetrias na produção científica estão

associadas à concentração de instituições de ensino superior e investimentos em pesquisa.

Com o intuito de identificar as características da produção científica analisada, o Gráfico 9 apresenta a distribuição dos trabalhos conforme o tipo de produção acadêmica. Essa categorização permite verificar se as pesquisas sobre a temática têm sido desenvolvidas majoritariamente em nível de mestrado ou doutorado, oferecendo indícios sobre o grau de consolidação desse campo investigativo na pós-graduação brasileira. Além disso, a predominância de determinado tipo de produção pode refletir a expansão de programas *stricto sensu* e os caminhos percorridos pelos pesquisadores na área.

Gráfico 9 – Tipo de produção acadêmica



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Outro aspecto importante diz respeito ao tipo de produção. Constatou-se que 87,5% (26) dos trabalhos são dissertações de mestrado, enquanto apenas 12,5% (04) correspondem a teses de doutorado. Esse dado evidencia que o tema ainda é mais explorado em investigações iniciais de pós-graduação, o que pode indicar tanto

um campo em expansão quanto a necessidade de maior aprofundamento teórico-metodológico em pesquisas de doutorado.

Além disso, considerando que a remição de pena pela leitura é uma política relativamente recente no contexto brasileiro (regulamentada pela recomendação 391), compreende-se que a produção acadêmica sobre a temática ainda esteja em processo de consolidação. Tal aspecto também reforça a importância de analisar como a leitura vem sendo concebida nesses estudos, seja como prática de formação humana ou estratégia de garantia de direitos no sistema prisional.

5.2 Análises a partir dos dados qualitativos

A análise qualitativa dos trabalhos, cujos títulos estão dispostos no quadro abaixo, permite identificar tendências interpretativas, enfoques teóricos recorrentes e sentidos atribuídos às práticas de leitura, escrita e linguagem no contexto da privação de liberdade.

Quadro 04 – Lista dos trabalhos sobre leitura, escrita e linguagem no cárcere

Nº	TÍTULO DO TRABALHO	TESE/DISSERTAÇÃO
1	A CONTRIBUIÇÃO DA LEITURA PARA A EMANCIPAÇÃO DA PESSOA EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: CAMINHOS E (IM)POSSIBILIDADES	DISSERTAÇÃO
2	A ESCRITA COMO PROCEDIMENTO DE AUTORIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO PRISIONAL	DISSERTAÇÃO
3	A LEITURA COMO FORMA DE LUTA CONTRA A EXCLUSÃO SOCIAL UM ESTUDO DE CASO SOBRE O PROLER CARCERÁRIO.	DISSERTAÇÃO
4	A LEITURA LITERÁRIA E A MULHER PRIVADA DE LIBERDADE: UM ESTUDO REALIZADO NA APAC FEMININA DE GOVERNADOR VALADARES	DISSERTAÇÃO
5	A PRÁTICA DA LEITURA EM UMA ESCOLA PRISIONAL: CONTRIBUIÇÃO PARA REINserÇÃO SOCIAL DE INDIVÍDUOS PRIVADOS DE LIBERDADE	DISSERTAÇÃO
6	AS DIFERENTES LINGUAGENS COMO RELAÇÕES DE PODER NO COTIDIANO ESCOLAR: LINGUAGEM DOS FILHOS DE CÁRCERES EM UMA ESCOLA DE IPERÓ	DISSERTAÇÃO
7	AS POTENCIALIDADES DA LEITURA LITERÁRIA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO HUMANA DOS SUJEITOS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	DISSERTAÇÃO
8	AS PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DE LEITURA DOS DETENTOS ALFABETIZADORES E ALFABETIZADOS DO COMPLEXO PRISIONAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA	DISSERTAÇÃO
9	AS RODAS DE LEITURA EM PRISÕES E SEUS PROCESSOS	DISSERTAÇÃO

	EDUCATIVOS	
10	BIOGRAFIAS DE APRENDIZAGENS DE MULHERES ENCARCERADAS	DISSERTAÇÃO
11	CORRESPONDÊNCIAS DO CÁRCERE: UM ESTUDO SOBRE A LINGUAGEM DE PRISIONEIRO	DISSERTAÇÃO
12	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO EM CUIABÁ-MT: PRÁTICAS DE LEITURA ESCRITA E LETRAMENTO	DISSERTAÇÃO
13	EDUCAÇÃO POPULAR E ENCARCERAMENTO: UM ESTUDO SOBRE REMIÇÃO PELA LEITURA NO PRESÍDIO DESEMBARGADOR SÍLVIO PORTO EM JOÃO PESSOA/PB	DISSERTAÇÃO
14	ESCRITA DE PRESAS: AFETO E LIBERDADE	DISSERTAÇÃO
15	ESCRITAS ENCARCERADAS: REPRESENTAÇÕES DO UNIVERSO PRISIONAL FEMININO NAS PÁGINAS DO JORNAL DA PENITENCIÁRIA TALAVERA BRUCE	DISSERTAÇÃO
16	GATO PRETO: DENEGRINDO O ENSINO DE LINGUAGENS EM UMA ESCOLA DO SISTEMA PRISIONAL	DISSERTAÇÃO
17	LEITORES ESCRITORES, EU VI: UMA EXPERIÊNCIA DE LEITURA E ESCRITA EM PRESÍDIOS NO SUL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	DISSERTAÇÃO
18	LEITURA LITERÁRIA E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: HUMANIZAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO	DISSERTAÇÃO
19	LETRAMENTO PARA MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE: FORMAÇÃO LEITORA SOBRE GÊNEROS TEXTUAIS JURÍDICOS	DISSERTAÇÃO
20	LITERATURA CARCERÁRIA: A PESQUISA-AÇÃO NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE CAPANDA, EM ANGOLA	DISSERTAÇÃO
21	LUZES NA ESCURIDÃO: NARRATIVAS NO CÁRCERE	DISSERTAÇÃO
22	NARRATIVAS DE VIDA E FORMAÇÃO DA PESSOA PRIVADA DE LIBERDADE: SENTIDOS (RE)CONSTRUÍDOS NA/PELA EXPERIÊNCIA	DISSERTAÇÃO
23	NARRATIVAS DE VIDA E FORMAÇÃO DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE NA CADEIA PÚBLICA DE PETROLINA – PE	TESE
24	O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO VERBAL, DA ATENÇÃO VOLUNTÁRIA E A LINGUAGEM INTERNA COMO AUTORREGULADORA DA APRENDIZAGEM DE JOVENS E ADULTOS DO ENSINO MÉDIO EM PRISÕES	TESE
25	O PROGRAMA REMIÇÃO PELA LEITURA COMO POLÍTICA DE INSERÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PRIVADOS DE LIBERDADE NO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO PARANÁ NO ANO DE 2015	TESE
26	O PROJETO REMIÇÃO PELA LEITURA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL – O CASO DA PENITENCIÁRIA FEDERAL DE PORTO VELHO (RO).	DISSERTAÇÃO
27	PALAVRAS DA SALVAÇÃO: AS REPRESENTAÇÕES DA LEITURA NA PRISÃO	DISSERTAÇÃO

28	PEDAGOGIA DA RESISTÊNCIA: PELO DIREITO DE SER MAIS. NARRATIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS SOBRE A EJA NAS PRISÕES	DISSERTAÇÃO
29	PRÁTICA DA LEITURA DURANTE O ENCARCERAMENTO FEMININO: A EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO DE EXTENSÃO	DISSERTAÇÃO
30	PRÁTICAS DE LEITURA, ESCRITA E LETRAMENTO NA PENITENCIÁRIA FEMININA EM CUIABÁ - MT : A VISÃO DA PROFESSORA E SUAS ALUNAS	DISSERTAÇÃO
31	RELIGIÃO, EDUCAÇÃO E HEGEMONIA NOS QUADERNI DEL CARCERE DE ANTONIO GRAMSCI	TESE
32	REMIÇÃO PELA LEITURA: O LETRAMENTO LITERÁRIO RESSIGNIFICANDO A EDUCAÇÃO NA PRISÃO	DISSERTAÇÃO

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

De modo geral, os trabalhos analisados evidenciam, a partir de seus títulos, uma compreensão ampliada da leitura e da escrita, entendidas não apenas como habilidades instrumentais, mas como práticas sociais e culturais atravessadas por relações de poder, identidade e resistência. A palavra escrita, nesse contexto, aparece frequentemente associada à possibilidade de expressão subjetiva, de comunicação com o mundo extramuros e de ressignificação da experiência do encarceramento. Essa perspectiva dialoga com autores como Freire (1987), ao conceber a leitura como um ato político e situado, e não como um exercício neutro ou meramente técnico.

Cinco trabalhos analisados apresentam, em seus títulos e/ou objetivos, o termo remição, evidenciando a centralidade dessa categoria como mediação entre educação, leitura e escrita e o sistema penal. A recorrência do termo revela a leitura e a escrita como práticas institucionalmente reconhecidas não apenas como ações formativas, mas também como dispositivos legais de redução da pena, conforme previsto na Lei de Execução Penal (Brasil, 1984).

Tal enfoque aponta para uma compreensão da educação no cárcere fortemente atravessada pela lógica jurídica, na qual o direito à educação se articula, muitas vezes de forma instrumental, à noção de benefício penal, o que tensiona o caráter emancipatório da prática educativa, conforme discutido por Foucault (2014) e Julião (2010).

Seis trabalhos se propõem a analisar práticas, oficinas ou processos educativos envolvendo leitura e escrita, destacando a centralidade das ações pedagógicas concretas desenvolvidas no interior das unidades prisionais. Os títulos

e objetivos desses estudos indicam um interesse predominante em compreender a leitura e a escrita como práticas sociais mediadas, frequentemente associadas à ressocialização, à formação humana e à produção de sentidos. Essa perspectiva dialoga com abordagens que compreendem a educação como prática social situada, atravessada por relações de poder, resistência e subjetivação, especialmente em contextos de privação de liberdade.

Em relação aos cinco trabalhos que focalizam, em seus títulos, as contribuições do processo de leitura e escrita, nota-se uma convergência para o valor do desenvolvimento humano, da ampliação de repertórios culturais e da reconstrução de projetos de vida como eixos centrais. Ao privilegiarem essa dimensão, os pesquisadores dialogam diretamente com a tese de Antonio Candido (2011) sobre o 'direito à literatura', compreendendo-a como uma necessidade humana fundamental, capaz de conferir sentido à experiência e de oferecer contrapontos à aridez da vida carcerária. Para esses estudos, a leitura e a escrita são, sobretudo, instrumentos de reinvenção do eu.

Contudo, essa ênfase predominante nos efeitos subjetivos parece ocorrer em detrimento de uma análise mais contundente sobre as transformações estruturais das unidades prisionais. Enquanto a literatura celebra o potencial de emancipação individual, o debate parece negligenciar as condições materiais e institucionais que impedem a efetivação desses direitos. Como pondera Arroyo (2012), a educação em contextos de exclusão social não pode restringir-se ao esforço de superação do indivíduo; ela exige, invariavelmente, o enfrentamento das estruturas político-institucionais que produzem e perpetuam a desigualdade. Desse modo, o mapeamento realizado revela um campo que, embora reconheça o potencial emancipatório da leitura e da escrita no cárcere, ainda apresenta uma lacuna importante: a articulação entre a formação subjetiva do sujeito e a crítica necessária à lógica institucional que sustenta o sistema prisional brasileiro.

Ao voltarmos o olhar para a questão de gênero, identificamos que dez trabalhos focalizam explicitamente o contexto de unidades prisionais femininas, denotando um esforço acadêmico em visibilizar as particularidades da experiência das mulheres privadas de liberdade. Por outro lado, causa estranhamento que nenhum dos estudos mapeados enuncie, de forma explícita, que sua realização ocorreu em unidades masculinas. Essa lacuna, longe de ser fortuita, dialoga com o

que Joan Scott (1995) define como a 'naturalização do masculino', processo no qual o homem é tomado como sujeito universal, dispensando a necessidade de nomeação ou marcação de gênero. Como problematiza Borges (2019), essa invisibilização das especificidades da vivência masculina no cárcere acaba por impedir a compreensão de como o sistema penal também atua na construção da masculinidade hegemônica. Ao não explicitarem o recorte de gênero masculino, as pesquisas reforçam uma visão dicotômica: enquanto a mulher é tratada como 'o outro', a ser estudado em sua particularidade, o homem permanece como o padrão, mantendo ocultos os marcadores de poder e privilégio que estruturam a vida prisional masculina.

Identificamos, ainda, que cinco trabalhos adotam termos supostamente neutros, como 'pessoa' ou 'sujeito', numa aparente tentativa de isenção discursiva. Contudo, é preciso cautela: como problematiza Butler (2003), essa escolha lexical, quando desacompanhada da explicitação do contexto empírico, corre o risco de obscurecer as profundas desigualdades de gênero que marcam o cárcere. Nessa mesma direção, Louro (2014) argumenta que a neutralidade no discurso não é um dado inerte; ao contrário, a ausência de marcação de gênero não elimina as hierarquias existentes, podendo redundar em um verdadeiro apagamento analítico, que retira do campo de visão a especificidade das trajetórias de homens e mulheres privados de liberdade.

Por outro lado, sete trabalhos optam pelo uso do masculino genérico. Essa prática, conforme aponta Scott (1995), é alvo de críticas contundentes nos estudos de gênero, pois a linguagem não é um veículo neutro; ao contrário, ela atua como produtora de invisibilidades e hierarquias simbólicas. Complementando essa leitura, Bourdieu (2012) reforça que, em contextos já marcados por desigualdades estruturais, como é o caso do sistema prisional, a manutenção desse masculino genérico acaba por naturalizar o poder e ocultar a diversidade de sujeitos que compõem o cárcere.

Seis trabalhos abordam os sentidos e representações do envolvimento com práticas de leitura e escrita para pessoas em situação de privação de liberdade. Os títulos e objetivos indicam uma preocupação em compreender como essas práticas são significadas pelos sujeitos, associando-as à liberdade simbólica, à expressão de si, à reconstrução da identidade e à resistência frente ao encarceramento. Essa

abordagem encontra fundamento nas concepções de Candido (2011), que compreendem a leitura e a escrita não como meras atividades instrucionais, mas como experiências estéticas, políticas e existenciais. Para esses autores, tais práticas carregam uma potência capaz de produzir deslocamentos subjetivos profundos, os quais persistem mesmo em contextos de restrição extrema, servindo como uma forma de reaver a humanidade no cárcere.

Sete trabalhos conferem foco prioritário à escrita, explorando gêneros como cartas, diários, jornais ou produções autorais. Nessas investigações, a escrita transcende a mera comunicação, manifestando-se como prática de expressão e elaboração subjetiva, que permite aos sujeitos narrar suas histórias, afetos e experiências. Essa centralidade da escrita reafirma o que Foucault (2006) compreende como "tecnologia de si", um meio pelo qual o indivíduo constrói seu próprio sentido frente às relações de poder. Somado a isso, a perspectiva de Freire (1987) nos auxilia a interpretar esse fenômeno não apenas como registro, mas como um poderoso instrumento de humanização que, em contextos de desumanização institucional, devolve ao sujeito a capacidade de se fazer presente e histórico.

Identificamos que apenas um trabalho estabelece, de forma explícita, a relação entre a leitura e o ingresso no ensino superior, o que evidencia uma lacuna expressiva no campo acadêmico. Essa baixa incidência sugere que as trajetórias de continuidade e ascensão acadêmica de pessoas privadas de liberdade ainda são pouco exploradas, conforme sinalizam Silva (2018) e Julião (2020) ao discutirem as tensões e os desafios da educação no cárcere. Tal cenário reforça a urgência de se pensar o acesso ao ensino superior não como uma exceção, mas como um desdobramento efetivo do direito à educação, que carece de maior visibilidade nas pesquisas atuais.

Por fim, dois trabalhos trazem, em seus títulos e objetivos, o debate sobre identidade, gênero, raça e decolonialidade, ainda que esse eixo apareça de maneira incipiente no conjunto do corpus. Essa presença, embora tímida, sinaliza um movimento de abertura para leituras críticas que problematizam o cárcere não apenas como um espaço de punição, mas como um terreno atravessado por relações coloniais, raciais e de gênero. Ao ancorar nossa análise em Quijano (2005), compreendemos que a estrutura prisional é herdeira da "colonialidade do poder",

mantendo hierarquias que privilegiam determinados grupos em detrimento de outros, historicamente marginalizados.

Nesse cenário, a contribuição de hooks (2019) torna-se fundamental ao nos convocar a adotar uma postura interseccional, que reconheça como o sistema penal opera através da interseção entre opressões. A baixa incidência dessas temáticas, portanto, aponta para uma lacuna estrutural no campo acadêmico: a necessidade de descolonizar as pesquisas sobre educação no cárcere, conferindo centralidade a abordagens que denunciem as raízes coloniais e racistas que estruturam a experiência da privação de liberdade.

Em síntese, a análise dos trabalhos que compõem a categoria “Leitura, escrita e linguagem no cárcere” permite identificar um campo de investigação que, embora ainda marcado por determinadas recorrências temáticas, apresenta uma diversidade de enfoques teóricos e analíticos. Predominam estudos que compreendem a leitura e a escrita como instrumentos de formação humana, (re)socialização e garantia de direitos, evidenciando o potencial da educação para a construção de processos de autonomia e (re)inserção social das pessoas privadas de liberdade.

A análise também evidencia lacunas e desafios importantes para o campo, como a concentração regional das pesquisas, a limitada diversidade temática em algumas abordagens e a necessidade de ampliar estudos que deem visibilidade às experiências concretas dos sujeitos envolvidos no contexto prisional. Além disso, percebe-se a importância de investigações que aprofundem discussões sobre práticas pedagógicas, formação docente e políticas públicas voltadas à educação nas prisões.

Desse modo, o conjunto dos estudos analisados revela tanto os avanços quanto os limites das pesquisas que se debruçam sobre leitura, escrita e linguagem em contextos de privação de liberdade. Ao mesmo tempo em que demonstra o crescimento e a relevância desse campo investigativo, também reforça a necessidade de continuidade e ampliação das pesquisas, considerando a educação como direito fundamental e como possibilidade de transformação social e humana dentro do sistema prisional.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após toda a análise dos dados, pudemos identificar as dimensões e aspectos da educação que são enfocados nos 365 trabalhos acadêmicos mapeados, desenvolvidos em programas de pós-graduação em Educação. Vimos que 32 deles, ou seja, cerca de 8,8%, abordam especificamente as práticas da leitura e escrita como processos educativos no contexto prisional. Para atingir tal propósito, delimitei objetivos específicos que estruturaram todo o percurso: organizar os trabalhos por categorias temáticas; identificar as produções que versam sobre leitura e escrita na prisão; e analisar, quanti e qualitativamente, a maneira como essas práticas são apresentadas e discutidas.

O alcance desses objetivos foi possível através de um rigoroso percurso metodológico, que não se limitou ao levantamento quantitativo, mas avançou para a análise de conteúdo dos títulos e resumos. A organização por categorias temáticas (objetivo 1) permitiu algo além da simples listagem: revelou que a produção acadêmica, embora vasta, é tensionada por uma dicotomia latente entre a defesa da educação como direito humano e a sua redução a uma ferramenta de gestão penal. Ao identificar os trabalhos sobre leitura e escrita (objetivo 2) e analisar as formas de sua abordagem (objetivo 3), ficou evidenciado que, apesar do reconhecimento do seu potencial emancipatório, a literatura ainda padece de uma lacuna estrutural: a dificuldade de articular o ato de ler e escrever com uma crítica contundente às condições político-institucionais que sustentam o cárcere brasileiro.

As análises permitiram compreender que a educação na prisão, embora reconhecida no discurso acadêmico como direito fundamental e ferramenta de (re)integração social, ainda enfrenta o desafio de se desvencilhar de uma visão puramente instrumental. O campo encontra-se em expansão, demonstrando a relevância social da temática, contudo, ainda padece de uma dispersão temática e de uma lacuna estrutural no que diz respeito ao enfrentamento direto das condições político-institucionais que sustentam o cárcere brasileiro.

No que tange à leitura e escrita, constatou-se que tais práticas são majoritariamente compreendidas como estratégias de formação humana e ressignificação de trajetórias subjetivas. No entanto, é necessária atenção: a recorrência do tema associada à remição de pena muitas vezes acaba por limitar a

leitura a um dispositivo de gestão penal. Identificou-se que, apesar do potencial emancipatório reconhecido pela literatura, falta uma articulação mais robusta entre o ato de ler/escrever e a crítica à lógica punitiva do sistema, que frequentemente atua como barreira à efetivação desses direitos.

Dessa forma, podemos afirmar que esta pesquisa contribui para a sistematização do conhecimento acumulado sobre o tema, oferecendo um panorama atualizado que evidencia não apenas os avanços teóricos, mas, sobretudo, as lacunas, como a invisibilidade de questões étnico-raciais, de gênero e a concentração geográfica da produção, que precisam ser supridas para que o campo de estudos possa amadurecer e influenciar mais efetivamente as políticas educacionais prisionais.

Importa destacar, ainda, que trilhar todo esse percurso contribuiu para minha formação acadêmica enquanto pedagoga, pois a vivência no projeto de extensão 'Entre-Nós', somada ao rigor metodológico do 'Estado da Arte', proporcionou-me uma compreensão mais ampla da prática educativa: de um lado, a sensibilidade necessária para o diálogo humano; de outro, o olhar crítico sobre as estruturas que impedem a libertação. Aprendi que o papel da pedagogia no cárcere é, antes de tudo, o de ser uma voz de resistência contra o silenciamento.

Por fim, este trabalho não se encerra como uma listagem de dados, mas como um convite a novos territórios de investigação. Espera-se que a pesquisa sobre a educação no cárcere continue a caminhar para uma práxis que, nos termos de Paulo Freire, permita aos sujeitos, mesmo entre grades, retomar a autoria de suas próprias histórias, recusando o papel de objetos da punição para assumirem o lugar de sujeitos da própria transformação.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth; SILVA, Rodrigo Alberto. A participação feminina na pós-graduação brasileira: avanços e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, n. 1, p. 1-18, 2018. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/21001>.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de (org.). **Formação de professores no Brasil (1990-1998)**. Série Estado do Conhecimento, n. 6. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002. Disponível em: https://www.faecpr.edu.br/site/documentos/serie_estado_conhecimento2.pdf. Acesso em 15 de março de 2023.

ARROYO, Miguel González. **Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**. Relatório de Avaliação Quadrienal 2017-2020. Brasília: CAPES, 2020.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a **Lei de Execução Penal**. Diário Oficial da União, Brasília, 1984.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÂMARA, Heleusa Figueira. Reinvenções da vida em escritas na prisão. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 86, p. 105-126, nov. 2011. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2719> . Acesso em 23 de maio de 2023.

CAMPELO, Bernadete Santos. Teses e Dissertações. In: CAMPELO, Bernadete Santos. **Fontes de Informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. np.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011. p. 171–193.

CARVALHO, André de. **Envelhecimento e Justiça Criminal: A População Idosa em Contextos Prisionais**. São Paulo: Editora Acadêmica, 2019.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Tradução de Marina Vargas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **Pesquisas intituladas Estado da Arte: em foco**. Revista Internacional de Pesquisa em Didática das Ciências e Matemática, v.2, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/revin/article/view/524/241>
Acesso em 23 de maio de 2023.

FIDALGO, Fernando Selmar Rocha. DIREITO À EDUCAÇÃO E RACIONALIDADE PUNITIVA:: um estado do conhecimento sobre a educação nas prisões no Brasil. **Momento-Diálogos em Educação**, v. 35, n. 2, 2026.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Cecília; ANDREATTA, Elaine; PERES, Ricardo (org.). **Entre redes e outros nós: olhares sobre a privação de liberdade**. Manaus: EDUA, 2023. E-book.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, Sandra Lúcia Rebel; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha; SOUZA, Clarice Muhlethaler de. Literatura cinzenta. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 97-104, 2000.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Educação para jovens e adultos privados de liberdade: desafios para a política educacional. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 151–166, 2010.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Educação para jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade no Brasil: questões, avanços e desafios**. Rio de Janeiro: Juruá, 2020.

LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda. **Temas de pedagogia: Diálogos entre didática e currículo**. Cortez Editora, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2015.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães et al. O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 12, n. 2, p. 466-485, 2017.

PORTUGUÊS, Manoel Rodrigues. Educação de adultos presos. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 355-374, jul./dez. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/RWNfZgqKRRpFhtmFj9T6RBq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 de maio de 2023.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117–142.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez., 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189116275004.pdf>. Acesso em 23 de maio de 2023.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Roberto da (Org.). **Didática no cárcere II: entender a natureza para entender o ser humano e seu mundo**. São Paulo: Giostri Editora, 2018.

SOARES, Magda Becker; MACIEL, Francisca. **Alfabetização. Série Estado do**

Conhecimento, n. 1. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2000. Disponível em:
<https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/1285/1/MARCIA%20CAMPOS%20MORAES%20GUIMARAES.pdf>. Acesso em 15 de março de 2023.